

Relatório
de Economia e
Desenvolvimento

Raízes do futuro

O novo mundo rural
da América Latina
e do Caribe

Sumário executivo



BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE



América
Latina e
Caribe

Relatório de Economia e Desenvolvimento
Raízes do futuro
O novo mundo rural da América Latina e do Caribe
Resumo executivo

Depósito Legal: DC2026000215
ISBN: 978-980-422-351-8

© CAF 2026
CORPORACION ANDINA DE FOMENTO
Av. Luis Roche, Torre CAF Urb. Altamira, Caracas (Chacao) Miranda 1060, Venezuela
RIF: G200015470

Publicado sob a Presidência Executiva de Sergio Díaz-Granados Guida e a Vice-Presidência Corporativa de Programação Estratégica de Christian Asinelli

Editor CAF

Diretoria de Pesquisa Socioeconômica - Gerência de Conhecimento
Diretoria de Comunicação Estratégica

Tradução

Isolda Villegas

Design editorial

Estudio Bilder / Buenos Aires

Esta e outras publicações digitais estão disponíveis em site scioteca.caf.com

Esta obra está licenciada sob Deed - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - Creative Commons



As ideias e abordagens contidas nesta edição são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não comprometem a posição oficial da CAF. Os termos utilizados e a apresentação dos dados não implicam qualquer posição da CAF sobre o status legal de países, territórios, cidades ou regiões ou suas autoridades, fronteiras ou limites.

Neste relatório, todos os termos relativos a cargos, ocupações, participantes, beneficiários e outras denominações referentes a pessoas abrangem igualmente homens e mulheres. A distinção entre ambos só é feita quando a oposição de gêneros é relevante no contexto.

O papel do mundo rural no desenvolvimento da América Latina e do Caribe

O desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe (ALC) está intimamente ligado ao mundo rural, onde se concentram os recursos naturais, a produção de alimentos e grande parte da energia que sustenta a região. Com cerca de 120 milhões de habitantes, mais de 18 milhões de unidades de produção agropecuárias, 22% da cobertura florestal do mundo, 50% da biodiversidade conhecida e cerca de 60% dos recursos mundiais de lítio, esses territórios constituem uma base estratégica para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar¹. Nas últimas décadas, vários setores primários registraram aumentos significativos de produtividade, elevando a produção e posicionando a região como líder nos mercados internacionais de alimentos e minerais, o que reforça a contribuição do mundo rural para o desenvolvimento regional.

Os ambientes rurais também enfrentam algumas das defasagens sociais, econômicas e ambientais mais persistentes da região. Muitos desses desafios se manifestam com especial intensidade nessas áreas, limitando as oportunidades, o bem-estar e a sustentabilidade ambiental. Essa dupla realidade de oportunidades e defasagens torna o mundo rural um âmbito prioritário da política pública. Reduzir essas defasagens é fundamental para transformar seu dinamismo produtivo em desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Esta edição do Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) do CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe- parte da ideia de que o desenvolvimento do mundo rural e da região

são processos inseparáveis. Para alcançar um crescimento inclusivo, é necessário integrar os territórios rurais às estratégias nacionais de investimento e inovação e reduzir as disparidades estruturais em relação às áreas urbanas. O relatório propõe, portanto, uma mudança de paradigma: transcender a dimensão exclusivamente agropecuária e integrar a modernização agrícola e a diversificação econômica, incluindo os setores não agrícolas, com sua dimensão social, e promovendo um desenvolvimento rural integral.

Do ponto de vista da produção, os territórios rurais são uma fonte fundamental de bens e serviços estratégicos. Neles se concentra o setor agropecuario, juntamente com uma ampla gama de atividades relacionadas à energia, mineração, pesca, atividades florestais e turismo, que ganham peso no contexto da transição energética e ambiental.

De uma perspectiva social, representam um espaço de vida, identidade e pertencimento para milhões de pessoas. As famílias rurais são hoje mais diversas do que no passado, transcendendo o estereótipo do agricultor ou trabalhador agropecuario. Mas também abrigam comunidades camponesas e indígenas que gerenciam recursos naturais e preservam a herança cultural. O bem-estar da população rural é limitado por déficits de infraestrutura, conectividade e serviços essenciais, bem como pela presença de economias ilegais e do crime organizado². Em conjunto, esses fatores aumentam a vulnerabilidade dos territórios rurais e restringem suas oportunidades de desenvolvimento.

1 As fontes dos dados populacionais são Celade-Divisão de População da CEPAL e do DPNU (2024); os dados sobre unidades de produção agropecuária, FAO (2025a); os dados sobre área florestal e biodiversidade, FAO (2021); e os dados sobre lítio, USGS (2024).

2 Embora essas atividades ilegais sejam cada vez mais relevantes para os territórios rurais e o relatório reconheça sua importância, uma análise detalhada excede seu escopo. Para uma discussão atualizada, consultar Maloney et al. (2025).

O relatório examina as transformações econômicas e demográficas dos territórios rurais, as fontes de renda e emprego de suas famílias e as disparidades persistentes no acesso aos serviços. Com base nessas evidências, argumenta-se que o aproveitamento do potencial do mundo rural pode desempenhar um papel relevante no progresso da região, na medida em que sua transformação produtiva acompanhe uma maior inclusão social, sustentabilidade ambiental³ e coesão territorial.

Este sumário executivo está estruturado em cinco blocos. Os dois primeiros caracterizam os setores produtivos do mundo rural, identificando seu potencial e principais desafios, e distinguindo entre o setor agropecuário e outros motores econômicos estratégicos para o desenvolvimento territorial. O terceiro bloco analisa as dinâmicas demográficas e as condições de vida das famílias rurais. O quarto examina o acesso a serviços essenciais. Por fim, o documento apresenta um roteiro de políticas orientadas para avançar em direção a um modelo de prosperidade rural mais inclusivo na região.

³ As mudanças climáticas são um desafio transversal para os setores primários e foram analisadas em profundidade em edições anteriores do RED sobre mudanças climáticas e biodiversidade e sobre a transição energética. Este relatório as complementa, focando nas atividades produtivas rurais e sua contribuição para o desenvolvimento. Os impactos climáticos são abordados apenas quando condicionam essas dinâmicas.

O setor agropecuário no desenvolvimento produtivo da região

O setor agropecuário tem historicamente desempenhado um papel central no desenvolvimento econômico da ALC (Byerlee et al., 2008). Sua importância vai além da produção primária: articula uma ampla rede de encadeamentos a montante e a jusante (insumos, transporte, processamento industrial e serviços) e constitui a base das exportações da região, de sua segurança alimentar e de boa parte do emprego rural. Embora seu peso relativo no produto interno bruto e no emprego tenha diminuído, seu papel estrutural continua sendo central. Portanto, a modernização do setor agropecuário é fundamental para impulsionar transições produtivas sustentáveis, aumentar a resiliência regional às mudanças climáticas e mantê-la como eixo estratégico do desenvolvimento.

Ao longo das últimas sete décadas, a América Latina passou por uma profunda transformação na composição de sua produção e emprego, em linha com o processo de mudança estrutural característico das economias em desenvolvimento. Em meados do

século XX, o setor agropecuário concentrava cerca de 12% do valor agregado e mais de 50% do emprego regional. Hoje, representa, em média, 6% do PIB, valor que chega a quase 10% se incluirmos o setor agroindustrial, e cerca de 15% do emprego total⁴.

Porém, essa relativa queda não significa perda de relevância. Pelo contrário, o setor agropecuário continua sendo um componente central das economias nacionais e um pilar da inserção internacional da região. Nas últimas décadas, a América Latina e o Caribe se consolidou como exportadora líquida de alimentos, com um elevado superávit comercial agropecuário. Em 2023, os produtos agropecuários e agroindustriais representaram cerca de 22% das exportações regionais, frente a uma média mundial próxima a 8%, e a região contribuiu com aproximadamente 21% das exportações agropecuárias globais, consolidando-se como um dos principais fornecedores globais de alimentos⁵.

Estrutura produtiva e formas de gestão: diversidade de escalas, sistemas e modelos de produção

A estrutura produtiva do setor agropecuário na ALC é extremamente diversificada. Na região coexistem unidades de produção de escalas muito diferentes, que desenvolvem atividades agrícolas e pecuárias sob

modelos tecnológicos e formas de gestão variadas: desde grandes unidades de produção altamente mecanizadas até pequenos sistemas de agricultura familiar voltados para o autoconsumo ou para o mercado local.

4 Cálculos próprios utilizando a 10-Sector Database, da Economic Transformation Database (RUG) (Kruse et al., 2022).

5 Cálculos próprios com base na UNCTAD (2025a). Em 1995, quando começa a série de dados, as exportações de produtos alimentícios representavam 15% do total das exportações da região e 13% das exportações mundiais de alimentos.

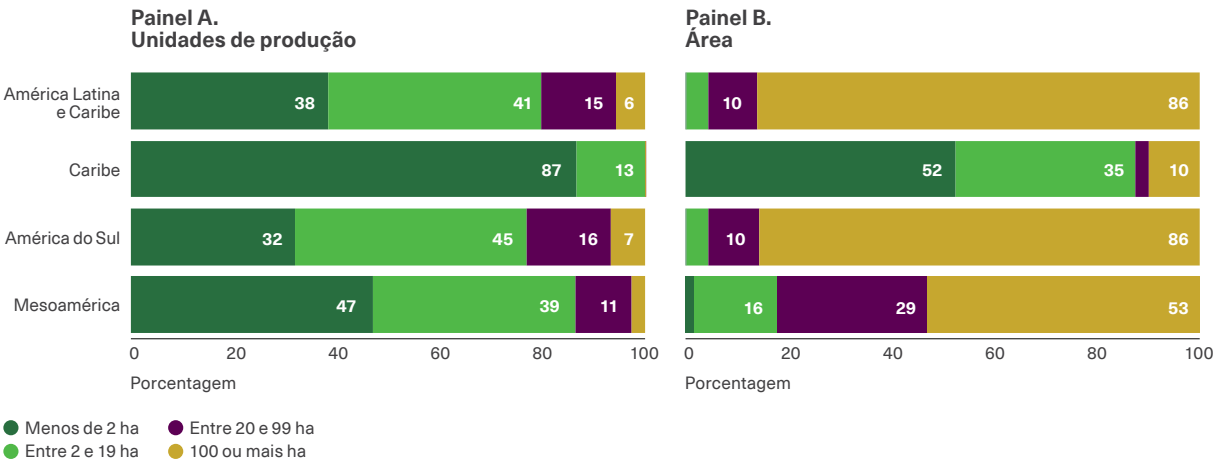
O setor agropecuário é muito diverso em termos de organização e produção em nível global, e a ALC ocupa uma posição intermediária neste espectro. No mundo, mais de 70% das unidades de produção agropecuárias (UPAs) têm menos de 2 ha. Na região, a participação desse grupo de unidades é elevada, embora inferior à observada na África ou na Ásia e no Pacífico, enquanto as unidades de maior escala, com mais de 20 ha, têm um peso relativamente mais importante. No entanto, por trás dessa média escondem-se fortes contrastes: o Caribe é a sub-região com a maior proporção de UPAs com menos de 2 ha, enquanto a América do Sul apresenta a menor (painel A do gráfico 1).

Mesmo nas regiões onde predominam pequenas unidades, uma alta porcentagem da área total concentra-se em grandes explorações, com mais de 100 ha (painel B do gráfico 1). Somente no Caribe observa-se uma situação mais equilibrada na participação das diferentes escalas. Parte das diferenças no tamanho médio das UPA decorre da especialização produtiva, pois cada tipo de cultivo ou atividade pecuária requer diferentes escalas de operação.

Os dados mostram, no entanto, que mesmo para uma mesma atividade, existem disparidades marcantes no tamanho das UPAs entre os países. Observa-se uma relação positiva entre o valor agregado agropecuário por trabalhador e o tamanho médio das UPAs, tanto em culturas quanto na produção pecuária. As diferenças de tamanho são especialmente visíveis em grãos, oleaginosas e gado e mais limitadas em frutas, cacau ou café. Em geral, os países do Cone Sul têm unidades de maior escala, e essa diferença não se explica apenas pelo tipo de atividade predominante, mas aparece de forma sistemática na maioria dos setores.

Nos países de menor renda, a produção é caracterizada por uma maior presença da agricultura familiar, em particular de subsistência, o que está associado a uma distribuição das UPAs mais concentrada em unidades de pequeno porte. A agricultura familiar está disseminada em toda a região e representa, nos países com informações disponíveis, mais de 75% das unidades de produção e, na maioria dos casos, mais de 98%. Os países com menor participação relativa desse tipo de agricultura são Argentina, Brasil e Uruguai, que possuem setores agrícolas altamente desenvolvidos e grandes extensões de terra, além da Costa Rica.

Gráfico 1
Distribuição das unidades de produção agrícola e da área total por tamanho das UPAs



Nota: Os valores correspondem ao último ano com informações disponíveis para cada país nas duas últimas rodadas do Censo Agropecuário Mundial (anos 2010 e 2020).
Fonte: Elaboração própria com base na FAO (2025a).

A região está aproveitando plenamente sua dotação de recursos naturais?

Diversas análises deste relatório convergem para uma conclusão: a ALC dispõe de recursos naturais favoráveis às atividades agropecuárias, mas nem sempre consegue aproveitá-los ao máximo. Existem diferenças significativas entre os países e entre as regiões ou setores dentro de cada país, e as evidências mostram que o setor ainda tem um espaço considerável para aumentar sua produtividade.

Avançar nessa direção implica não apenas aumentar o uso dos recursos empregados na produção, em

particular o capital e os insumos intermediários, como fertilizantes e sistemas de irrigação, mas também melhorar sua eficiência e fortalecer a geração e incorporação de inovações tecnológicas. A busca por maior eficiência produtiva é especialmente relevante em um contexto global onde é essencial conciliar o desenvolvimento agrícola com os objetivos de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Rendimentos agrícolas observados frente aos potenciais

A terra é um fator central para a produção agropecuária. As condições geográficas de cada país e a disponibilidade desse recurso determinam, em grande medida, sua capacidade produtiva. Adamopoulos (2025) estima os rendimentos potenciais das terras atualmente destinadas à produção agrícola em diferentes partes do mundo. Utilizando modelos agrônômicos e assumindo a aplicação de um nível tecnológico uniforme, o autor calcula a produção agrícola por hectare que poderia ser alcançada em cada região.

Os resultados indicam que, em um cenário de baixo investimento (de sequeiro), com fatores básicos de

capital e trabalho, o rendimento potencial médio da ALC seria aproximadamente 20% superior ao dos países de alta renda. Isso destaca as vantagens comparativas da região em termos de recursos naturais e diversidade agroecológica.

No entanto, os rendimentos efetivos contam uma história diferente: a produção agrícola média por hectare na ALC está cerca de 20% abaixo do nível observado nos países de alta renda. A região poderia alcançar rendimentos superiores, mas não consegue materializar esse potencial.

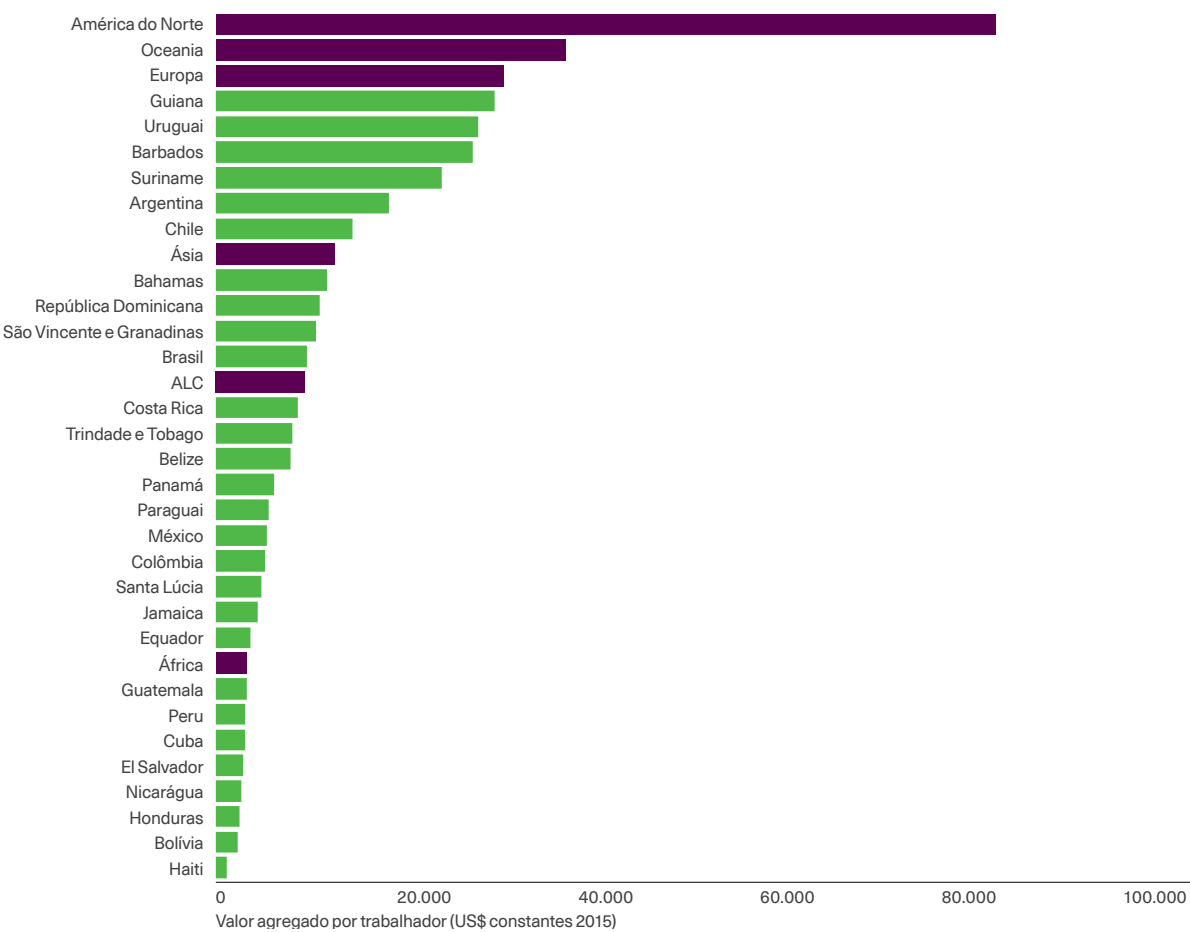
Produtividade, dotação de fatores e eficiência no uso de insumos

As diferenças entre rendimentos potenciais e efetivos revelam disparidades de produtividade associadas tanto à quantidade de fatores disponíveis quanto à eficiência com que são utilizados. Analisar essas diferenças permite dimensionar a defasagem estrutural do setor agropecuário em relação às economias mais desenvolvidas.

As métricas de produtividade do trabalho, definidas como valor agregado por trabalhador, ilustram o

desafio (gráfico 2). Em média, o valor agregado agropecuário por trabalhador na ALC equivale a apenas 12% do nível observado nos Estados Unidos, 31% do da Europa, 26% do da Oceania e 76% do da Ásia. O gráfico mostra que, em maior ou menor grau, todos os países da ALC apresentam disparidades de produtividade em relação a essas outras regiões do mundo, o que destaca seu potencial para continuar desenvolvendo sua produção agropecuária.

Gráfico 2
Produtividade do trabalho do setor agropecuário, média 2014-2023



Nota: As barras representam a média para os anos 2014-2023 do valor agregado por trabalhador, em dólares constantes de 2015. As barras violetas mostram as médias regionais, enquanto as barras verdes mostram os valores para os países da ALC.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da FAO (2025b, 2025c).

As disparidades de produtividade do trabalho na ALC em relação a outras regiões podem ser atribuídas a menores dotações por trabalhador de outros fatores de produção, como terra e capital, e ao menor uso de insumos intermediários, mas também a diferenças na eficiência com que esses fatores são combinados, refletida na produtividade total dos fatores (PTF). Esse indicador capta efeitos de diversa natureza: progresso tecnológico, inovação, organização do trabalho, infraestrutura, qualidade institucional, escala da operação e alocação de recursos entre as unidades de produção.

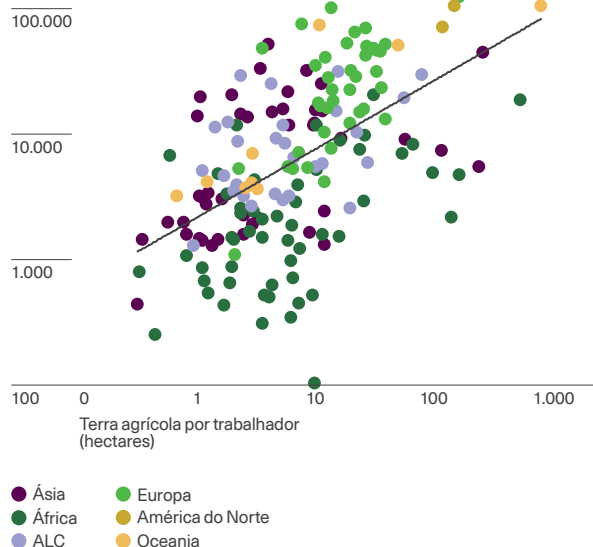
As análises realizadas para este relatório indicam que essa disparidade de produtividade é resultado de diversos fatores. Entre eles, a quantidade de terra e capital por trabalhador, que está positivamente associada à produtividade dos trabalhadores (painéis A e B do gráfico 3). De fato, a ALC apresenta, em média, baixos níveis em ambas as dimensões. Um trabalhador agropecuário nessa região dispõe, em média, de cerca de 14 hectares (ha), o equivalente a 9% da área por trabalhador nos Estados Unidos e cerca de 20% na OCDE, enquanto o nível de capital por trabalhador é de apenas 5% do observado nos Estados Unidos e 6% na OCDE.

Gráfico 3

Dotação fatorial e produtividade agrícola do trabalho, média 2014-2023

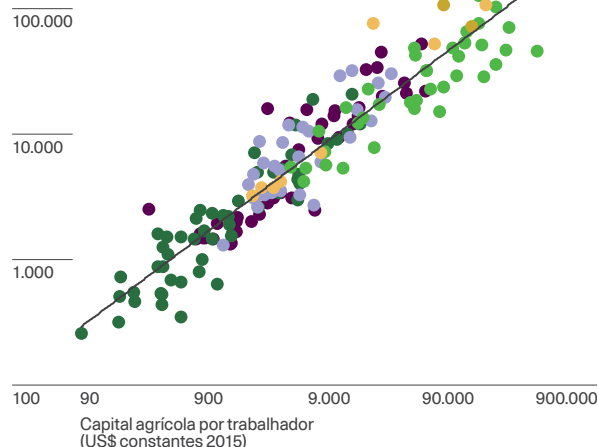
Painel A. Terra por trabalhador

Valor agregado por trabalhador
(US\$ constantes 2015)



Painel B. Capital por trabalhador

Valor agregado por trabalhador
(US\$ constantes 2015)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da FAO (2025b, 2025c, 2025d, 2025e).

Evolução da produção agropecuária e da produtividade

Embora a produtividade agropecuária da ALC apresente lacunas em relação às economias mais avançadas, o crescimento da produção tem sido notável. Nas últimas seis décadas, o valor da produção agropecuária da região quintuplicou, o que equivale a uma taxa média de crescimento anual de 2,8%, um valor superior à média mundial. Como resultado, a participação regional na produção agropecuária global aumentou de 9% em 1961 para 12% em 2022⁶.

O crescimento foi muito heterogêneo entre os países. No Brasil, a produção multiplicou por 8; na Mesoamérica e no Grupo Andino⁷, por 5,5 e 5,8, respectivamente; no Cone Sul, por 3,7; e no Caribe, por 1,9. Em nível nacional, além do Brasil, destacam-se os casos da Guatemala, Bolívia, Belize e Costa Rica, onde a produção agropecuária aumentou entre sete e nove vezes.

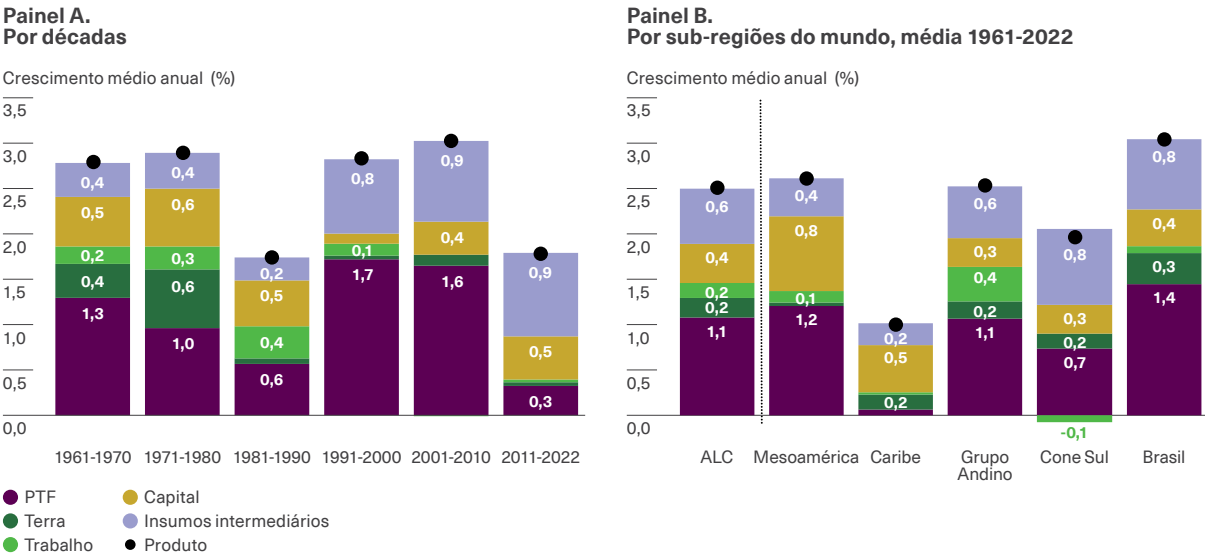
6 Esses números foram obtidos a partir de dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), que incluem o valor total da produção agrícola, pecuária e aquícola utilizando preços agrícolas mundiais constantes de 2015, em milhares de dólares em paridade do poder de compra (PPC).

7 Essa denominação inclui Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e exclui os países andinos que pertencem ao Cone Sul (Chile e Argentina).

Esse avanço foi sustentado por um processo de modernização que combinou a expansão do uso de insumos e melhorias tecnológicas com ritmos diferentes nos diversos períodos. Como mostra o painel A do gráfico 4, entre 1960 e 1990, o crescimento da produção decorreu, principalmente, da ampliação da fronteira agrícola (terra) e do aumento no uso de insumos (trabalho, capital e insumos intermediários⁸). A partir da década de 1990, o motor do crescimento começou a se deslocar para a produtividade total dos fatores (PTF), impulsionada por inovações em biotecnologia, mecanização e gestão, até 2010, quando a contribuição da PTF voltou a diminuir.

O painel B do gráfico 4 mostra os resultados para a média e por sub-regiões da ALC no período 1961-2022. No Caribe, a contribuição da PTF foi marginal: o crescimento decorreu, principalmente, do capital (53%), seguido dos insumos intermediários (23%) e da expansão das terras (17%). No Cone Sul, os insumos intermediários foram o principal motor (42%), embora a PTF também tenha contribuído significativamente (38%). Na Mesoamérica, a acumulação de capital representou quase um terço do crescimento, duplicando a contribuição dos insumos intermediários, enquanto a PTF representou 46%. No Grupo Andino, destaca-se o papel do trabalho, com uma contribuição de 15%, superior à do capital (12%).

Gráfico 4
Contabilidade do crescimento do produto agropecuário na América Latina e no Caribe, 1961-2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do USDA (2025).

8 Trata-se de insumos utilizados na produção utilizados na produção, como fertilizantes e rações.

Setores estratégicos não agropecuários: novos motores do desenvolvimento rural

A riqueza natural da ALC oferece vantagens comparativas não só para a agricultura, mas também para outros setores importantes para o mundo rural. Por um lado, a região possui abundância de minerais essenciais para a transição energética, reservas de hidrocarbonetos e enorme potencial

para a geração de combustíveis de baixo carbono a preços competitivos. Por outro lado, as florestas, a pesca, a aquicultura e o turismo são setores que permitem diversificar as fontes de renda rural, gerar emprego local e fortalecer a segurança alimentar rural.

Sectores estratégicos para a transição energética

O mundo rural da ALC ocupa uma posição estratégica no contexto da transição energética global, dada a sua abundância de recursos naturais, como minerais críticos, e suas condições favoráveis para a produção de combustíveis de baixo carbono, como hidrogênio verde e azul, ou biocombustíveis. Os países da região podem aproveitar a reconfiguração dos mercados energéticos para promover

o desenvolvimento sustentável das indústrias de mineração e energia. Ao mesmo tempo, essa oportunidade de inserção nos mercados globais permitiria diversificar a renda das populações rurais, embora sua contribuição para o emprego seja limitada, e utilizar as rendas derivadas dessas atividades para melhorar suas condições de vida.

Recursos estratégicos para a transição energética

À medida que a transição energética avança no mundo, a demanda por energias renováveis não convencionais e alternativas às tecnologias tradicionalmente poluentes aumenta. Consequentemente, cresce a demanda por minerais críticos necessários para a fabricação dos insumos utilizados para a produção de, por exemplo, painéis solares, baterias e sistemas elétricos.

Alguns países da ALC já são líderes mundiais na extração, exportação e reserva de vários desses minerais. Chile, México e Peru concentram 45% da produção global de cobre, enquanto o chamado Triângulo do Lítio, formado por Chile, Argentina e Bolívia, detém mais de 60% dos recursos mundiais desse metal (AIE, 2025; Valencia et al., 2025).

Além dos minerais críticos, a ALC possui vastos recursos de hidrocarbonetos. A Venezuela tem as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, representando 17% das reservas globais (AIE, 2023b). No entanto, a descarbonização progressiva do sistema energético mundial obriga a diversificar a matriz produtiva e a preparar as economias dependentes do petróleo para enfrentar cenários de menor demanda. Nesse contexto, o gás natural, também abundante na região, surge como um recurso de transição devido à sua menor intensidade de emissões e ao seu papel na produção de hidrogênio azul.

Os biocombustíveis e o hidrogênio verde constituem alternativas para setores difíceis de

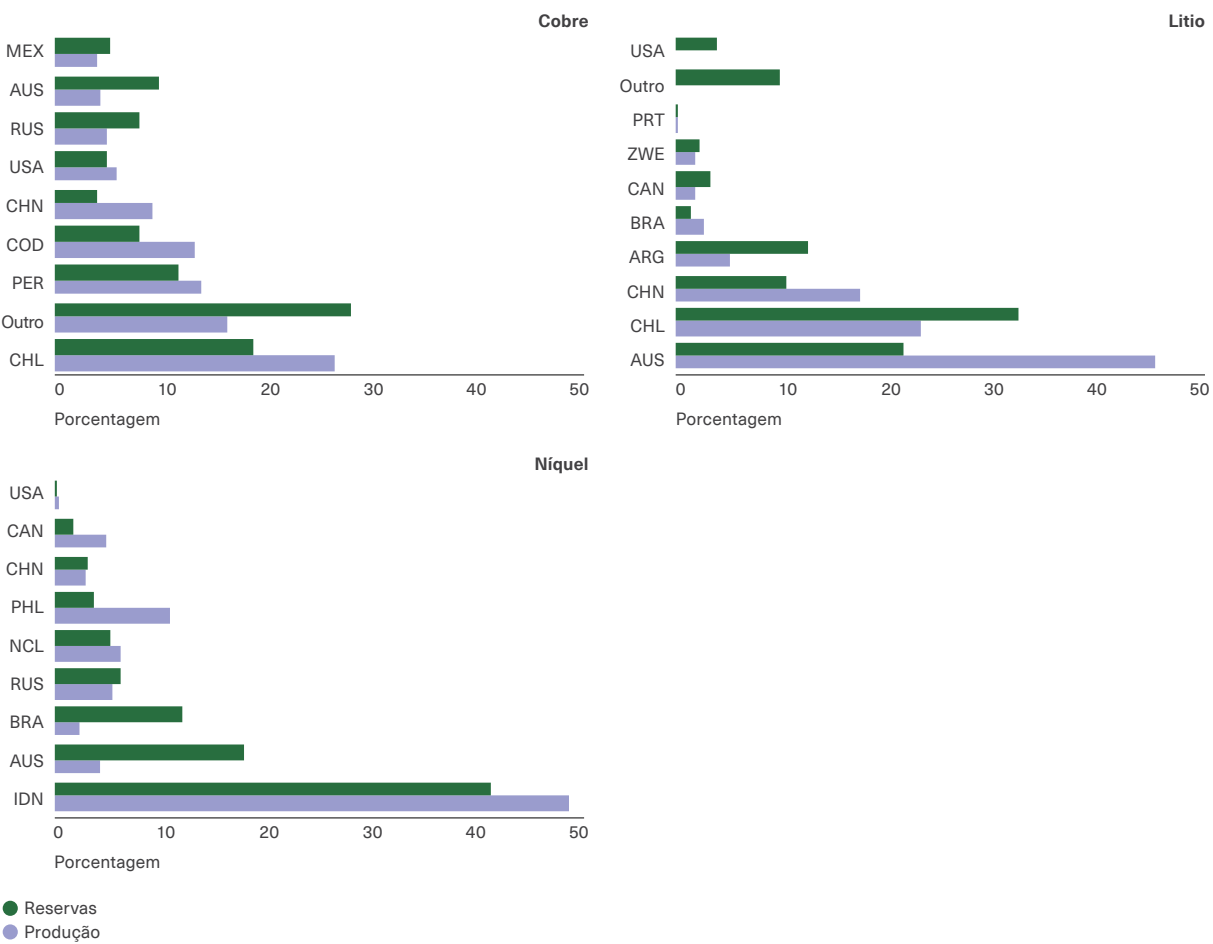
eletrificar, como o transporte pesado e a indústria. A ALC também possui vantagens comparativas nessas áreas. Por um lado, por ser uma região predominantemente agrícola, existe um grande potencial de produção de biocombustíveis, utilizando resíduos e detritos resultantes da atividade. Por outro lado, conta com amplo acesso a água doce (FAO, 2025f) e áreas com alta capacidade de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis não convencionais (Banco Mundial et al., 2025a, 2025b), insumos fundamentais para a produção eficiente de hidrogênio verde. Assim, a ALC se posiciona com os menores custos projetados de produção de hidrogênio verde em nível global (AIE, 2024).

A importância dos setores extrativistas para a ALC

Os setores extrativistas desempenham um papel estratégico em algumas economias da ALC. Esses setores representam, em média, 4% do PIB regional, embora sua participação varie consideravelmente entre os países. As reservas e a produção de minerais críticos têm especial relevância para os países andinos e, em certa medida, para o Brasil (gráfico 5), enquanto os hidrocarbonetos dominam nos países do norte da América do Sul, como Venezuela e Guiana. Na América Central e no Caribe, a escala é significativamente menor. Nessas regiões, também existem recursos minerais relevantes, como ouro, bauxita ou cobre, que geram divisas e atividade econômica.

Os setores extrativistas também são uma importante fonte de receitas fiscais nacionais e sub-nacionais, contribuindo para o financiamento de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local. Na mineração, essas receitas podem ultrapassar 2% do PIB, como no caso do Chile em 2023, enquanto no setor de petróleo e gás atingiram em 2023 valores próximos a 10% em países como Equador (7,6%) e Trindade e Tobago (11,6%). No entanto, sua contribuição para o emprego é muito baixa, inferior a 2% na maioria dos países, o que reflete sua alta intensidade de capital. Em relação às exportações, o gráfico 6 mostra o papel significativo dos hidrocarbonetos tradicionais em países como Guiana e Venezuela, enquanto no caso da mineração destaca-se o Chile, onde os produtos minerais representam 20% do total de suas exportações.

Gráfico 5
Participação na produção e nas reservas globais de cobre, lítio e níquel, 2023



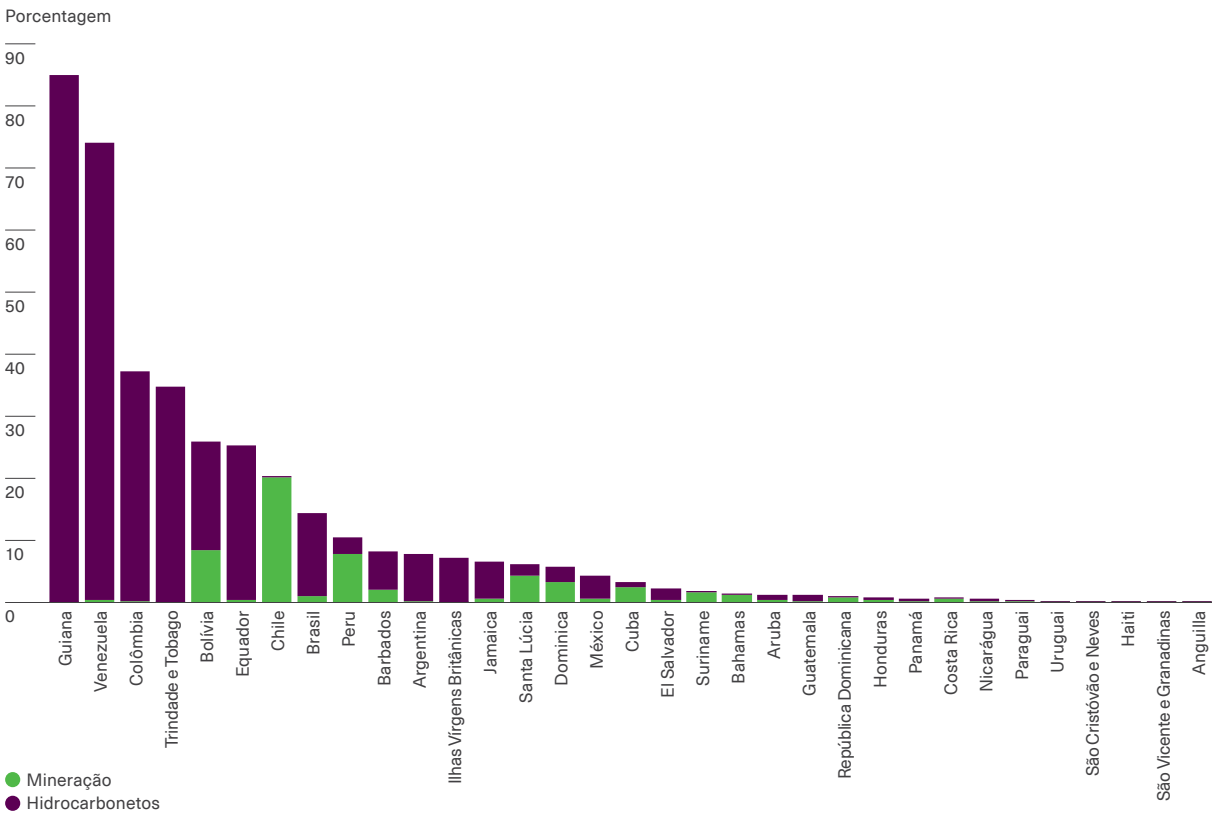
Nota: Os dados sobre reservas não incluem a Bolívia. Este país tem sido identificado como o de maiores recursos de lítio do mundo, mas esses recursos ainda não são considerados passíveis de exploração por razões econômicas, técnicas ou legais (USGS, 2024).

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Ritchie e Rosado (2024).

No setor de mineração, persistem importantes heterogeneidades. A mineração em grande escala, nas mãos de grandes corporações, oferece melhores salários e condições de trabalho, mas absorve pouca mão de obra. Em contrapartida, a mineração artesanal e de pequena escala gera proporcionalmente mais empregos, embora em condições precárias, informais e, em muitos casos, inseguras. As mulheres representam apenas cerca de 10% dos postos de trabalho, embora sua participação tenha crescido

lentamente, impulsionada por políticas de igualdade de gênero e pela modernização tecnológica, que melhora as condições de trabalho e alivia algumas tarefas de grande esforço físico. No entanto, essas trabalhadoras enfrentam barreiras culturais persistentes, discriminação e uma acentuada desigualdade de renda, especialmente na mineração artesanal, onde as condições são mais adversas.

Gráfico 6
Participação da mineração e dos hidrocarbonetos nas exportações, 2023



Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2025b).

Minerais críticos, governança, sustentabilidade e visão de longo prazo

De acordo com a AIE (2025), a demanda por lítio pode se multiplicar por 5 até 2040, enquanto a demanda por cobre continuará sendo a maior entre os minerais críticos. No entanto, aproveitar as oportunidades decorrentes do aumento da demanda por esses minerais enfrenta dois desafios principais. Por um lado, é preciso garantir a sustentabilidade da mineração. A ALC é a região com mais denúncias de impactos ambientais, sociais e de governança por parte das comunidades locais (AIE, 2023a), como evidenciado pela proliferação de conflitos de mineração no Chile, Peru e Bolívia (Lagos et al., 2022). Por outro lado, é

necessário garantir marcos legais e regulatórios, bem como estabilidade política e macroeconômica, que viabilizem projetos de longo prazo com grandes investimentos iniciais. Um exemplo são os projetos de lítio em salmoura. Esse processo é intensivo em capital, com custos iniciais que podem oscilar entre US\$ 300 milhões e US\$ 900 milhões e prazos estimados de 5 a 12 anos.

Desenvolvimento da cadeia de valor do lítio

Embora a ALC se posicione como um ator central na produção de lítio graças às suas abundantes reservas de salmoura, o cenário global está mudando rapidamente. A descoberta de reservas em rocha dura⁹ em outras economias do mundo e a aceleração da produção nesses depósitos enfraquecem o domínio da ALC e diversificam a oferta de lítio.

Para não perder terreno nesses mercados, a ALC precisa avançar na cadeia de valor do lítio, particularmente no refino e na produção de baterias (CEPAL, 2023; López et al., 2019). A indústria de refino tem prazos de desenvolvimento mais curtos e gera mais empregos e valor agregado do que a mera extração. Investimentos adicionais podem

abrir oportunidades de crescimento e diversificação econômica, por meio do desenvolvimento de capacidades locais de processamento e produção de componentes para tecnologias de energia limpa (AIE, 2023a). Países da região, como o Chile, já avançaram nessa direção, financiando pesquisa e desenvolvimento relacionados à industrialização do lítio (CEPAL, 2023). Os desafios a serem superados para desenvolver as atividades de refino e transformação de minerais críticos são o acesso limitado à tecnologia e a habilidades especializadas, a falta de competitividade em custos, a localização da demanda e as barreiras de mercado para novos participantes (AIE, 2023a).

Combustíveis de baixo carbono

Os combustíveis de baixo carbono representam outro eixo estratégico para a região, com destaque para o hidrogênio (verde e azul) e os biocombustíveis. O hidrogênio verde, produzido por eletrólise da água utilizando energias renováveis, surge como uma opção fundamental para a descarbonização do transporte e da indústria pesada. A América Latina possui condições excepcionais para sua produção, graças à disponibilidade de água doce e ao potencial de geração de energia elétrica renovável. Estima-se que a região possa suprir até 50% da demanda global em cenários de emissões líquidas zero em 2050 (AIE, 2024). No entanto, sua implementação depende de investimentos significativos, de uma regulação hídrica adequada e do acesso a financiamento. O hidrogênio azul, produzido principalmente a partir de gás natural com captura de carbono, surge como uma alternativa para regiões com grandes reservas desse hidrocarboneto.

O hidrogênio e seus derivados, como a amônia e o metanol, têm a vantagem de serem vetores energéticos versáteis, que podem ser utilizados como

combustíveis aéreos, marítimos ou terrestres, bem como para a geração de calor em processos industriais difíceis de descarbonizar, como a indústria siderúrgica ou cimenteira. Eles também permitem o armazenamento de energia, embora sua manipulação e transporte apresentem desafios tecnológicos.

Em paralelo, os biocombustíveis continuam sendo um pilar na transição energética. O Brasil lidera a produção regional, contribuindo com 20% do etanol mundial e demonstrando como as políticas públicas podem impulsionar a adoção em massa de combustíveis renováveis. Outros países, como Argentina e Colômbia, avançaram com políticas de mistura obrigatória de etanol e biodiesel. O uso de resíduos agrícolas para gerar biogás ou biometano representa uma oportunidade adicional para diversificar a renda rural e reduzir as emissões.

O potencial dos biocombustíveis, como o biogás e o biometano, é significativo, pois eles podem substituir diretamente os combustíveis fósseis no transporte, gerar eletricidade e calor, ser injetados em redes de

9 A extração de lítio em depósitos de rocha dura é realizada utilizando técnicas tradicionais de mineração, o que envolve custos e tempos de desenvolvimento significativamente menores do que a extração em salmoura. A maior parte das reservas de lítio da ALC encontra-se em salmouras.

gás natural e produzidos a partir de resíduos agrícolas, impulsionando cadeias locais e gerando novas rendas rurais. No entanto, seu desenvolvimento enfrenta limitações relacionadas ao acesso ao financiamento, à capacidade técnica das instituições de

crédito para avaliar projetos de energia limpa e à falta de dados confiáveis, o que dificulta a transparência e o acesso ao crédito necessários para sua expansão.

Contribuição da transição energética para o desenvolvimento local

A transição energética pode gerar impactos diretos no bem-estar rural. A expansão das energias renováveis distribuídas, como painéis solares residenciais, permite a eletrificação de comunidades isoladas sem exigir grandes investimentos em redes e explica, em parte, o crescimento do acesso à energia elétrica das famílias rurais da ALC. Isso favorece a inclusão energética, a produtividade agrícola e a educação rural, entre outros benefícios. Paralelamente, a substituição da biomassa por gás natural ou aparelhos elétricos para cozinhar e aquecer reduz a poluição do ar nas residências, melhorando a saúde pública (Allub et al., 2024).

Os setores extrativistas, embora de baixa intensidade de mão de obra, oferecem empregos com remuneração acima da média rural. No entanto, os benefícios locais dependem da capacidade das empresas de se integrarem às economias locais e da eficácia dos mecanismos de redistribuição, como royalties e fundos de desenvolvimento. Experiências no Peru e na Colômbia mostram que as transferências podem estimular o investimento público e reduzir a pobreza rural se forem acompanhadas por instituições sólidas e mecanismos de transparência.

Diversificação produtiva e desenvolvimento rural

A dotação natural da ALC sustenta uma diversidade de atividades produtivas ligadas a seus recursos naturais, como atividades florestais, pesca, aquicultura

e turismo. Essas atividades sustentam meios de subsistência, geram renda e fornecem alimentos para a população local.

Setor florestal

As atividades do setor florestal tradicional que predominam no mundo rural da ALC dividem-se entre as madeireiras, que incluem silvicultura e extração de madeira, manufatura de madeira, e produção de celulose e papel; e as não madeireiras, que abrangem produtos como resinas, frutos, borracha e plantas aromáticas. Em conjunto, o setor contribui com cerca de 0,8% do PIB regional e gera 0,9% do emprego total. Este setor é marcado por um alto nível de informalidade (aproximadamente 77% do emprego no

setor) e baixa participação feminina (menos de um quarto do emprego). A conservação florestal impulsionou novos negócios baseados na natureza, que utilizam de forma sustentável os recursos e serviços das florestas para gerar renda, como créditos de carbono. A conservação florestal também proporciona benefícios para a agricultura, incluindo regulação hídrica, controle da erosão, polinização e fertilidade do solo.

A ALC possui cerca de 935 milhões de hectares de florestas, equivalentes a 22% da área florestal mundial, dos quais 98% são florestas primárias ou naturalmente regeneradas (FAO, 2024a). A região registrou o maior crescimento global em plantações florestais (195% entre 1990 e 2022), com 22,5 milhões de hectares plantados, concentrados na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Essa expansão é sustentada pela alta produtividade: os rendimentos

de espécies como eucaliptos ou pinheiros superam amplamente os de países europeus ou norte-americanos, com taxas internas de retorno que oscilam entre 12% e 22%. Esses resultados refletem a vantagem comparativa da região e seu potencial para atender ao crescimento da demanda mundial por produtos florestais sustentáveis, projetada em 37% até 2050.

Pesca e aquicultura

A pesca e a aquicultura são essenciais para a segurança alimentar, o emprego e a resiliência das comunidades costeiras e ribeirinhas. A aquicultura regional é um setor dinâmico: passou de representar 2,6% da produção mundial em 2000 para 4,6% em 2022, o maior crescimento global (FAO, 2024b).

Argentina, Chile, Equador, México e Peru concentram 90% do valor e volume exportado de produtos da pesca e da aquicultura regional. Chile e Equador lideram com exportações de salmão, truta, mexilhões e camarões, enquanto o Peru mantém uma posição dominante em farinha e óleo de peixe. Na América Central e no Caribe, a produção é voltada para o mercado interno, mas as exportações de produtos de alto valor, como salmão, camarão, lagostins ou atum, representam uma fonte significativa de divisas.

Mais de dois milhões de pessoas trabalham diretamente no setor, com um número estimado semelhante ou superior em atividades conexas, como processamento, transporte e comercialização. Entre 40% e 90% dos empregos pós-captura correspondem a mulheres, o que destaca o papel do setor na inclusão econômica feminina. A pesca artesanal

constitui 90% das unidades de produção e 40% da produção total, sendo esta atividade uma fonte de emprego predominantemente rural, exercida por famílias ou cooperativas locais. Em termos culturais, a pesca artesanal preserva conhecimentos ecológicos tradicionais e práticas ancestrais. Além de ser uma fonte de renda para as comunidades pesqueiras, os produtos da pesca e da aquicultura são alimentos de alto valor nutritivo.

O consumo per capita de animais aquáticos na ALC é um dos mais baixos do mundo, próximo aos níveis da África, com exceção de alguns poucos países com tradição gastronômica pesqueira, como o Peru. O potencial de expansão da demanda interna é outra fonte de oportunidades para o setor.

A sobreexploração e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR) constituem os principais desafios do setor pesqueiro. No Pacífico Sul, apenas um terço das populações marinhas encontra-se dentro de níveis sustentáveis, o menor índice entre todas as sub-regiões. As perdas econômicas para a região devido à pesca ilegal superam US\$ 2,3 bilhões por ano.

Turismo

O turismo é um setor dinâmico, com grande potencial para a diversificação econômica dos territórios rurais e costeiros. Sua importância na ALC é heterogênea: nos países do Caribe pode ultrapassar 20%

do PIB, enquanto nos países continentais tem menor participação, mas alto potencial de impacto local. O crescimento sustentado da demanda no subsetor do turismo de natureza e cultural o torna ainda mais

prioritário para as áreas rurais, abrindo oportunidades, como o turismo rural comunitário, que permite vincular a conservação ambiental à geração de empregos e ao fortalecimento do tecido social.

A região possui recursos naturais abundantes, rica biodiversidade e um vasto patrimônio cultural, o que a torna especialmente atraente para o turismo natural e cultural. Países como a Costa Rica se destacam como modelos de sucesso em ecoturismo, combinando políticas de conservação com desenvolvimento econômico, graças a instrumentos como pagamentos por serviços ambientais e fortalecimento de áreas protegidas. Diversos programas de turismo rural na Bolívia, Equador, México e Peru demonstraram que o turismo comunitário pode gerar renda complementar, especialmente para mulheres e jovens, e melhorar a percepção do valor dos recursos naturais. Essas iniciativas também promovem a revalorização cultural e o fortalecimento da governança local.

População e famílias rurais em transformação

O mundo rural da ALC está passando por uma rápida transformação demográfica e territorial acelerada. Seu peso relativo na população total está diminuindo e, em muitos países, também seu tamanho absoluto. Paralelamente, áreas antes rurais deixam de sê-lo devido ao crescimento populacional e à maior densidade. A transição demográfica, com quedas de

fecundidade e envelhecimento da população, altera a composição etária e reconfigura as necessidades das famílias, enquanto os fluxos migratórios tradicionais de saída se atenuam e coexistem com movimentos em direção às áreas rurais. O relatório documenta esses processos com uma perspectiva de longo prazo, atualizando e ampliando as evidências disponíveis¹⁰.

A população rural

A população rural da ALC em 2025 é estimada em cerca de 120 milhões de pessoas de acordo com as definições nacionais em vigor (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024). Seu peso relativo tem diminuído de forma sustentada, passando de mais de 50% da população total em 1950 para cerca de 18% atualmente. As projeções indicam que essa participação continuará caindo nas próximas décadas (painel A do gráfico 7). No entanto, se for utilizada a

metodologia do grau de urbanização (DEGURBA, na sigla em inglês), que aplica parâmetros homogêneos para todos os países, a população rural é de aproximadamente 100 milhões (15% do total), número um pouco menor do que o indicado pelas estatísticas oficiais (Schiavina et al., 2023). De acordo com este critério, metade vive em aldeias rurais, enquanto a outra metade está localizada em áreas rurais dispersas ou principalmente desabitadas¹¹.

Transição demográfica

A transição demográfica avança rapidamente nas áreas rurais. Embora a magnitude e o ritmo com que diminui o peso da população rural difiram entre

os países, a evolução demográfica nas áreas rurais segue padrões semelhantes em toda a região. Em 1950, a pirâmide populacional apresentava uma

¹⁰ As fontes tradicionais, como as projeções do Celade-Divisão de População da CEPAL e do DPNU (2024), são complementadas por processamentos próprios de censos (1970-2020), pela base de dados de Migração Interna da América Latina e do Caribe (MIALC) (Celade-Divisão de População da CEPAL, s. d.) e pelos indicadores harmonizados de pesquisas domiciliares do CEDLAS (2025) para o acompanhamento socioeconômico (2003-2023), cobrindo um total de 22 países. Quando as informações permitem, a análise da dicotomia tradicional entre espaços rurais e urbanos é complementada com uma abordagem do continuum rural-urbano baseada na metodologia do grau de urbanização (DEGURBA, na sigla em inglês) (Comissão Europeia et al., 2024).

¹¹ A classificação DEGURBA distingue três categorias territoriais: cidades, vilas e áreas semidensas, e áreas rurais. Dentro destas últimas, costuma-se diferenciar entre aldeias rurais e zonas rurais dispersas ou em grande parte desabitadas.

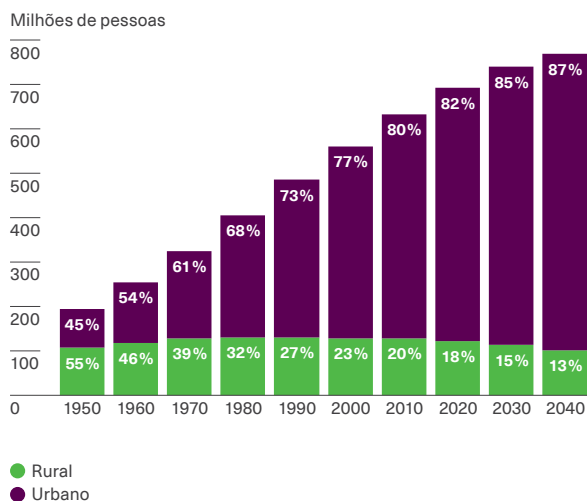
base ampla, refletindo altas taxas de natalidade, e um estreitamento progressivo nas faixas etárias mais avançadas, o que estava associado a menores níveis de longevidade. Em contrapartida, a pirâmide

populacional atual exibe uma base mais estreita e uma maior proporção de pessoas em idade adulta (painel B do gráfico 7). Esses padrões, por sua vez, são semelhantes aos das áreas urbanas.

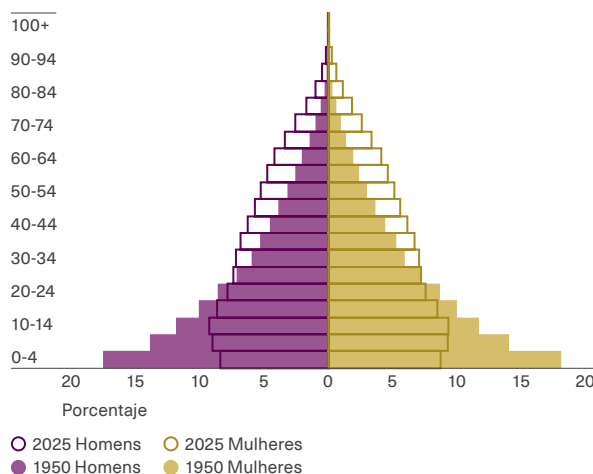
Gráfico 7

População rural na América Latina e no Caribe

Painel A
População total e peso da população rural na América Latina e no Caribe, décadas de 1950 a 2040



Painel B
Distribuição por idade e sexo, 1950 e 2025



Nota: O painel B mostra a média simples calculada com dados de 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

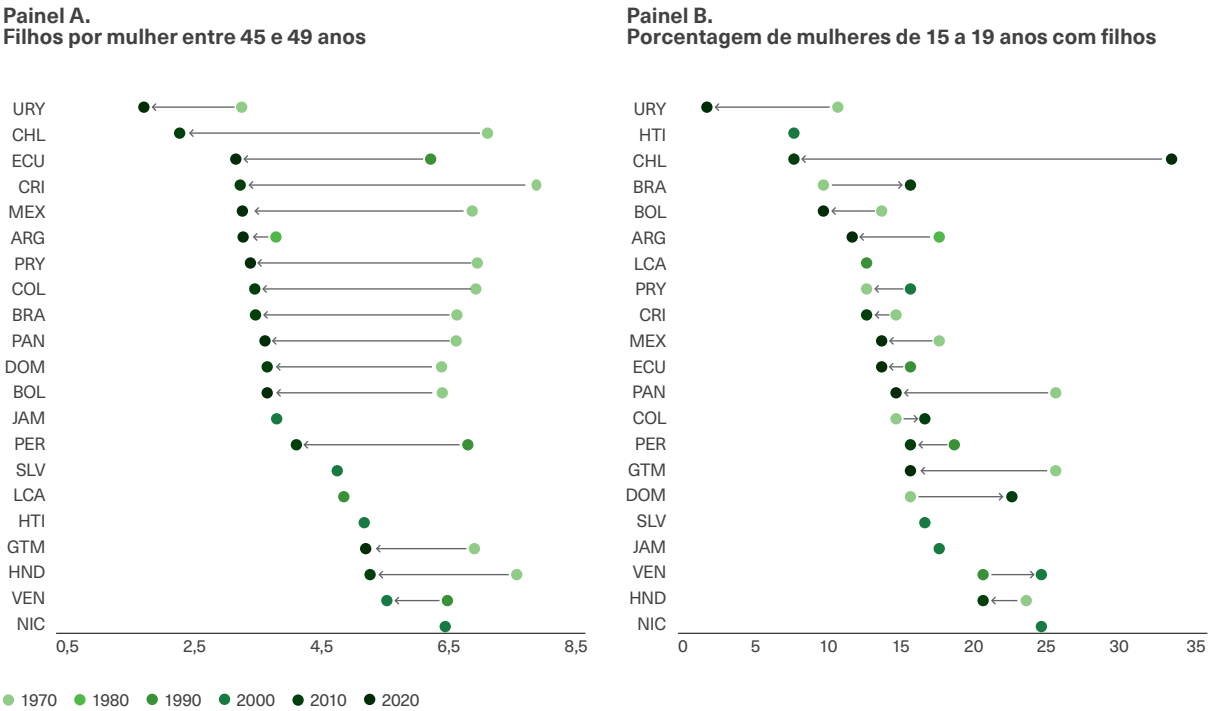
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNDESA (2019) e do Celade-Divisão de População da CEPAL e do DPNU (2024).

Fecundidade

Historicamente, as taxas de fecundidade têm sido mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas. Nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres rurais de 45-49 anos tinham, em média, entre 6 e 8 filhos, exceto na Argentina e no Uruguai (4 e 3) (painel A do gráfico 8). A fecundidade caiu gradualmente em todos os países. No caso das mulheres rurais da mesma faixa etária nas décadas de 2010 e 2020, o número de filhos situava-se entre 3 e 5, com exceção do Uruguai (2 filhos). Com essas tendências, as diferenças de fecundidade entre as áreas rurais e urbanas têm diminuído.

A gravidez na adolescência é um dos desafios mais persistentes na região e até mesmo em ascensão nas últimas décadas do século passado, mas a tendência parece estar mudando nos últimos anos. Entre 10% e 34% das mulheres rurais entre 15 e 19 anos nas décadas de 1970 e 1980 haviam sido mães (painel B do gráfico 8). Essa porcentagem começou a diminuir consistentemente em todos os países a partir do século XXI e, em alguns deles, a um ritmo mais acelerado na última década. Nas décadas de 2010 e 2020, os números variaram entre 2% e 23%.

Gráfico 8
 Número de filhos por mulher e maternidade na adolescência em áreas rurais de países da América Latina e do Caribe, décadas 1970-2020



Nota: Os dados apresentados provêm do primeiro e último censo populacional disponível de cada país, entre as décadas de 1970 e 2020, com informações sobre o número médio de filhos nascidos vivos por mulher.

Fonte: Elaboração própria com base em dados censitários processados por Barnes e de la Mata (2025).

Composição etária e étnica da população rural

O avanço do envelhecimento populacional manifesta-se com força nas áreas rurais. A proporção de pessoas com mais de 65 anos já atinge os níveis das áreas urbanas, chegando a 10%, e continua aumentando. Embora o envelhecimento seja generalizado em toda a região, seu impacto pode ser mais profundo no meio rural, ao colocar desafios específicos para a prestação de serviços de saúde e de cuidados.

Outra característica da população rural e que se mantém ao longo do tempo é a sobrerrepresentação da população indígena, situação que não se repete de forma sistemática no caso da população afrodescendente. Em particular, à medida que aumenta o grau de ruralidade dos municípios ou das unidades administrativas subnacionais equivalentes, também aumenta a proporção da população indígena.

Padrões migratórios

A migração continua sendo um componente central da mudança demográfica rural na ALC, mas sua dinâmica mudou significativamente. A histórica emigração do campo para as grandes cidades perdeu intensidade, dando lugar a uma mobilidade mais diversificada: retornos, migração circular e deslocamentos para municípios intermediários. Embora persistam diferenças entre os países, a maioria mostra uma desaceleração das taxas de emigração rural, tanto em números absolutos quanto relativos¹².

De acordo com os dados mais recentes, países como Brasil, Chile, Colômbia e Peru registram os níveis mais elevados de emigração rural (quantidade de pessoas que saem em relação à população rural de origem), com taxas que, em alguns casos, atingem ou ultrapassam 2% ao ano da população rural total. No extremo oposto, países como Cuba, El Salvador e México apresentam taxas de saída mais moderadas, em torno de 1% ao ano, provavelmente porque seus picos migratórios ocorreram há mais tempo e também devido à relevância da migração internacional, cuja magnitude não pode ser medida adequadamente com as informações censitárias disponíveis. Em termos gerais, o fluxo migratório dos municípios rurais desacelerou nos últimos anos (Rodríguez Vignoli, 2017). Considerando a taxa de emigração rural, a tendência é de queda na maioria dos países.

Ao mesmo tempo, os saldos migratórios rurais líquidos mostram quedas ainda mais pronunciadas, refletindo não apenas uma menor saída, mas também uma expansão dos fluxos de retorno. Isso sugere que, embora a mobilidade persista, os deslocamentos de ida e volta se intensificaram, o que pode estar refletindo transformações nos padrões de residência, vínculos mais flexíveis entre o campo e a cidade ou limitações crescentes para se estabelecer permanentemente em áreas urbanas.

A imigração para o mundo rural tem adquirido crescente relevância em vários países da América Latina, configurando uma dinâmica demográfica que complementa, embora não substitua, os tradicionais fluxos rurais-urbanos (Martínez Villa e Rosá, 2025). Por exemplo, no Chile, os dados do censo de 2017 mostram, pela primeira vez, que a imigração para municípios rurais supera a emigração dessas áreas, revertendo a tendência observada na década de 1990.

A migração rural tem efeitos ambivalentes. Para os emigrantes, a mobilidade oferece melhores serviços e oportunidades educacionais em municípios urbanos ou semiurbanos, embora com empregos precários ou informais. Para os territórios de origem, a saída da população jovem reduz a densidade, desestimula os investimentos e pode aprofundar os processos de atraso. Ao mesmo tempo, a mobilidade temporária continua sendo uma estratégia fundamental de diversificação de renda para muitas famílias rurais.

12 Ao classificar a migração, costuma-se distinguir três categorias de acordo com a duração da permanência: curto prazo (entre três e doze meses), médio prazo (de um a cinco anos) e longo prazo (mais de cinco anos). O relatório centra-se principalmente na migração de médio prazo, por ser mensurável a partir das perguntas feitas nos censos, que constituem a principal fonte de informação para estudar o fenômeno. Nesse contexto, considera-se migrante toda pessoa que, de acordo com o censo, não reside na mesma localidade em que morava cinco anos antes. As localidades de origem e destino são classificadas de acordo com o grau de ruralidade do município ao qual pertencem, utilizando a classificação DEGURBA. Além disso, a migração ligada ao mundo rural pode ser analisada a partir de duas perspectivas: por um lado, os fluxos de saída de localidades rurais para outros ambientes (emigração rural) e, por outro lado, os fluxos de entrada para localidades rurais a partir de outras áreas (imigração rural).

As famílias rurais

A composição das famílias na ALC passou por profundas mudanças nas últimas décadas, refletindo transformações demográficas nos padrões econômicos associados à transformação da estrutura produtiva e nos padrões culturais, como alterações nas normas que regem os papéis de gênero. Essas mudanças impactaram os ambientes rurais e urbanos de forma diferenciada, com algumas tendências convergentes e outras em que persistem diferenças marcantes, conforme documentado no relatório com base em dados de 14 países da região processados pelo CEDLAS (2025).

De forma consistente com a queda da fecundidade e o aumento da longevidade, o tamanho médio das famílias rurais diminuiu nas últimas três décadas, passando de uma média de 4 para 3 membros. No início dos anos 2000, havia crianças menores de 14 anos em cerca de 60% das famílias; em 2023, essa proporção havia diminuído para 43%, enquanto a presença de adultos com mais de 65 anos nas famílias aumentou de 20% para 27% no mesmo período.

As mudanças demográficas tiveram efeitos na vida das mulheres rurais, em sua situação na família e em

seu papel na economia, embora de forma muito menos perceptível do que nas áreas urbanas. A chefia feminina da família, muito minoritária no início dos anos 2000 (3% das famílias rurais), passou a representar 16% do total¹³. Isso ocorreu em um contexto em que as famílias monoparentais, muitas delas chefiadas por mulheres, praticamente não aumentaram nas áreas rurais, em contraste com o que ocorre nas áreas urbanas.

Outro indicador da situação das mulheres na família é o de chefia econômica, medido como a porcentagem de mulheres que são as principais provedoras de renda. De acordo com esse indicador, seu papel não mudou substancialmente. Embora tenha havido um crescimento em relação aos níveis praticamente nulos observados no início da década de 2000, em linha com o aumento de sua participação no mercado de trabalho, apenas 6% das famílias rurais têm atualmente uma mulher como principal provedora. Essa disparidade reflete as dificuldades que as mulheres enfrentam no acesso a empregos de qualidade e a persistente distribuição desigual das tarefas domésticas e de cuidados, aspectos que continuam limitando sua plena autonomia econômica.

Condições de vida das famílias rurais

Durante as últimas duas décadas, a ALC experimentou um crescimento sustentado da renda familiar, acompanhado por uma redução acentuada da pobreza, incluindo a rural. A proporção da população rural abaixo da linha internacional de pobreza de US\$ 6,85 por pessoa por dia diminuiu de 66% para 34% entre 2003 e 2023 (painel A do gráfico 9). Em todos os países incluídos na análise, a pobreza rural registrou, em 2023, níveis significativamente

menores do que vinte anos atrás. Persistem, no entanto, diferenças importantes entre os países: aqueles com menor nível de PIB per capita tendem a apresentar as taxas mais altas de pobreza rural (painel B do gráfico 9).

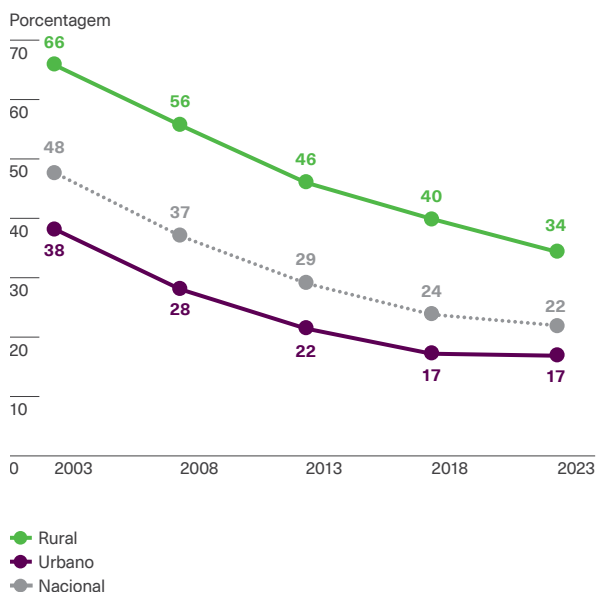
13 A chefia da família é autodeclarada. O aumento da chefia feminina pode refletir diversas situações, entre as quais se incluem mudanças na composição da família, como o aumento das famílias chefiadas por mulheres devido à ausência de um parceiro ou mudanças na declaração de residência onde mora um casal.

Gráfico 9

Pobreza rural na América Latina e no Caribe, 2003-2023

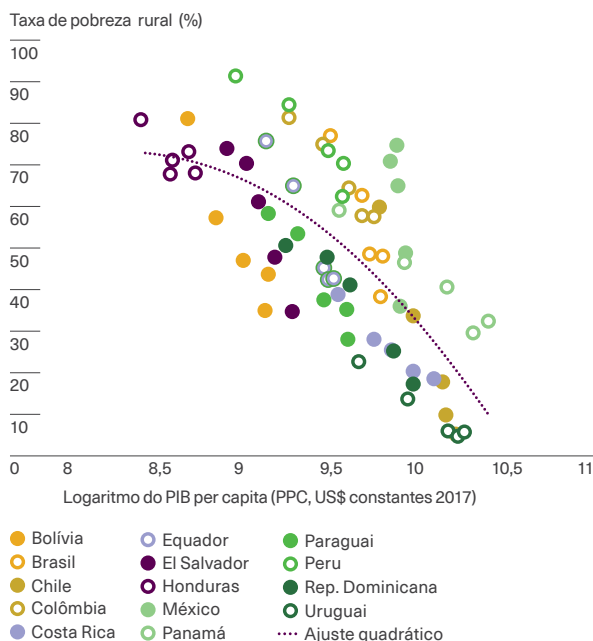
Painel A.

Pobreza por área, média da ALC



Painel B.

Relação entre pobreza rural e PIB per capita



Nota: A pobreza é definida como a porcentagem de pessoas em famílias com renda abaixo de um limite de US\$ 6,85 em paridade do poder de compra (PPC) por pessoa por dia. Cada ponto do painel B representa um país e um ano. Os anos considerados são 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025) e do Banco Mundial (2025b).

Famílias rurais e sua ligação com o setor agropecuário

O processo de mudança estrutural nas economias da ALC transformou significativamente as estratégias e oportunidades de inserção econômica das famílias rurais. Estas, longe de corresponderem ao estereótipo tradicional da família exclusivamente agrícola, apresentam hoje uma notável diversidade. Se forem definidas como agrícolas as famílias cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário, observa-se que atualmente cerca de 44% das famílias rurais pertencem a essa categoria (figura 1).

Dentro desse grupo, 69% correspondem a famílias agrícolas independentes, formadas por aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalha por conta própria, grupo majoritário (61% das famílias agrícolas), ou atua como empregador (8%). Essas famílias concentram, em grande parte, a pequena produção agropecuária que predomina na região¹⁴.

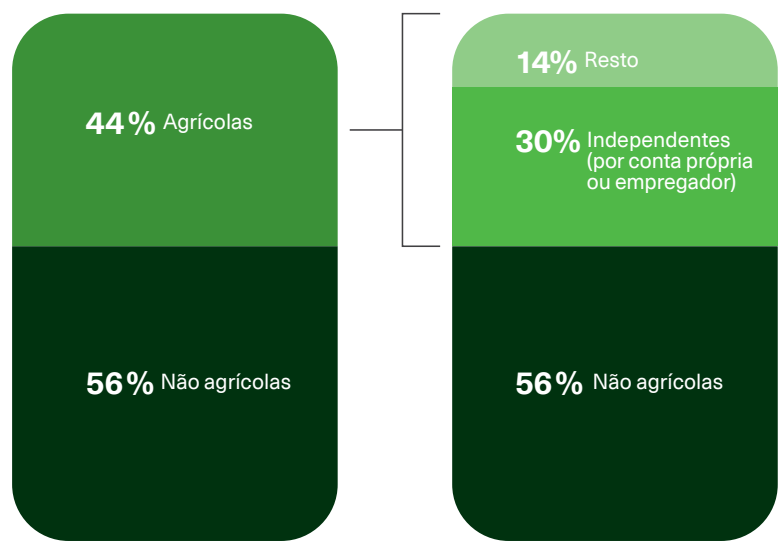
A porcentagem de famílias agrícolas varia significativamente entre os países. No Peru, por exemplo,

¹⁴ Nas unidades de produção de pequena escala que predominam na região, coexistem realidades muito diferentes: ao lado de produtores de baixa produtividade e alta vulnerabilidade, existem pequenos produtores comerciais e intensivos com níveis de produtividade médios ou elevados.

84% das famílias rurais são agrícolas, enquanto na Costa Rica e na República Dominicana apenas 22% se enquadram nessa categoria. Além dessas diferenças entre os países, observa-se uma clara

tendência de queda na proporção representada pelas famílias agrícolas e agrícolas independentes em quase toda a região.

Figura 1
Classificação das famílias rurais de acordo com sua relação de trabalho com o setor agropecuário. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: As famílias agrícolas são definidas como aquelas famílias rurais cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. Dentro destas, são consideradas famílias agrícolas independentes aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

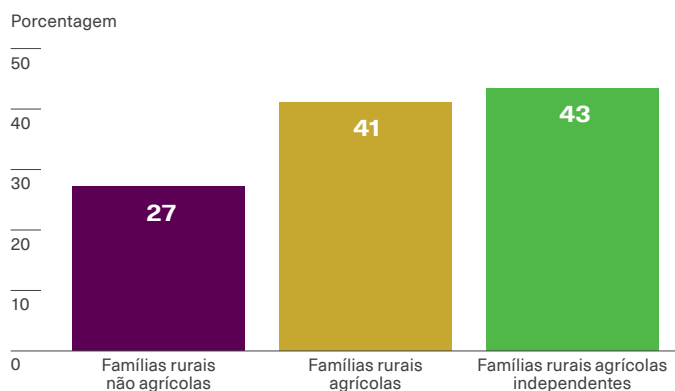
A redução da pobreza rural atingiu todos os tipos de famílias, embora persistam fortes diferenças. Em 2023, a incidência foi de 41% entre as famílias agrícolas e de 43% entre as famílias agrícolas independentes, frente a 27% entre as não agrícolas (gráfico 10). Esse padrão, generalizado na região, mostra que o vínculo com a atividade agropecuária, especialmente

quando exercida por conta própria¹⁵, continua associado a uma maior vulnerabilidade econômica, exceto em países com uma agricultura mais produtiva, como Brasil, Chile e Uruguai.

15 Ao analisar separadamente as famílias de trabalhadores por conta própria e de empregadores (os dois grupos que compõem o conjunto de famílias agrícolas independentes), observa-se que a taxa de pobreza dos primeiros é muito mais alta do que a dos segundos (45% frente a 23%). A taxa de pobreza das famílias agrícolas independentes do gráfico 10 é dominada pelas famílias de trabalhadores por conta própria, que representam quase 90% das famílias agrícolas independentes.

Gráfico 10

Pobreza rural por tipo de família. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: A pobreza é definida como a porcentagem de pessoas em famílias de rendas abaixo do limite de US\$ 6,85 em paridade do poder de compra (PPC) por pessoa por dia. As famílias agrícolas são definidas como aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. Dentro destas, são consideradas famílias agrícolas independentes aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Renda das famílias rurais

Uma parte importante dos déficits no bem-estar e da vulnerabilidade do mundo rural decorre da forma como as famílias geram sua renda¹⁶. De acordo com dados de pesquisas domiciliares, a principal fonte é a renda do trabalho, monetária e não monetária. Isso representa, em média, 78% da renda total das famílias rurais, uma proporção semelhante à registrada nas famílias urbanas (80%).

As atividades agropecuárias contribuem, em média, com cerca de um terço da renda do trabalho das famílias rurais, embora essa proporção chegue a 77% entre os trabalhadores agrícolas e a 75% entre os trabalhadores agrícolas independentes¹⁷. Essa alta especialização aumenta sua exposição aos riscos próprios do setor, particularmente entre as famílias

de menor renda, onde as flutuações na produção ou nos preços podem se traduzir em quedas acentuadas no bem-estar. Além disso, as famílias mais pobres destinam parte de seu trabalho à produção para auto-consumo. Embora isso lhes garanta uma base mínima de subsistência, também as torna mais dependentes das condições locais e mais vulneráveis a eventos adversos, reforçando as disparidades de renda no mundo rural.

Em contrapartida, as famílias rurais de renda mais alta apresentam uma estrutura ocupacional mais diversificada. À medida que se sobe na distribuição de renda, a participação do trabalho assalariado e das atividades não agropecuárias aumenta (painel A do gráfico 11).

¹⁶ Os fatores que explicam as disparidades de renda entre áreas rurais e urbanas têm sido amplamente estudados na economia do desenvolvimento, embora continuem sendo uma questão em aberto. Um elemento central é a disparidade de capital humano: uma parte substancial dessa desvantagem se deve a diferenças nas características observáveis dos trabalhadores. No entanto, mesmo entre trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade, as evidências geradas para este relatório mostram que as remunerações são mais baixas nas áreas urbanas. Isso também reflete diferenças do lado da demanda, associadas à maior presença de setores ou unidades de produção de baixa produtividade em territórios rurais, conforme descrito nesta seção e na seguinte. Outros estudos mostram que a disparidade está associada a barreiras à migração, que incluem fricções informacionais, financeiras e de funcionamento dos mercados de terras (Lagakos, 2020).

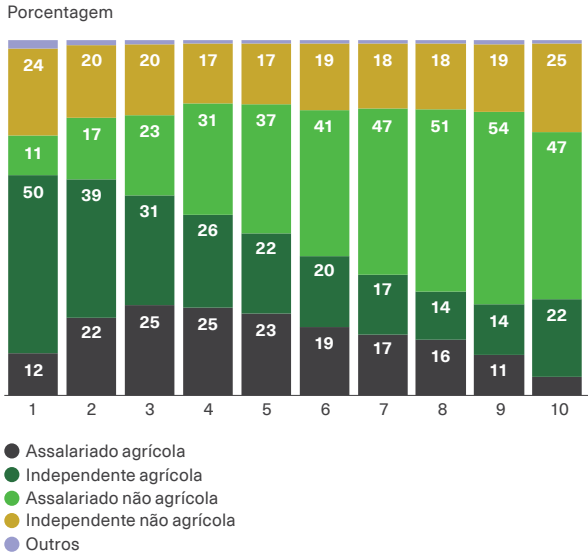
¹⁷ Isso contrasta com as áreas rurais, onde as atividades agropecuárias representam apenas 3% da renda.

Esse padrão também é observado no conjunto de famílias agrícolas, embora de forma menos pronunciada (painel B do gráfico 11). Nos decis mais baixos, a renda provém quase exclusivamente do trabalho independente no setor agropecuário; nos segmentos intermediários, o peso do emprego assalariado dentro do setor aumenta, e, nos níveis mais altos, predominam as atividades não agropecuárias. Isso evidencia

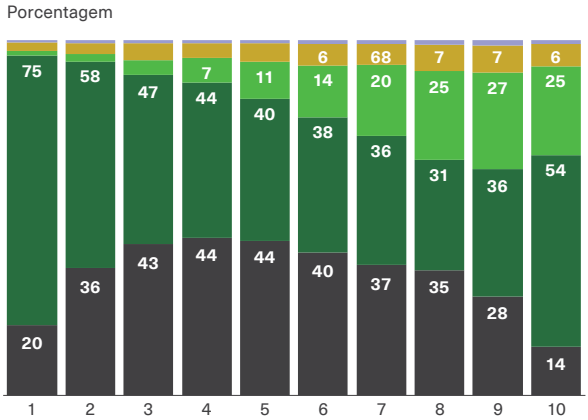
diferenças sistemáticas na composição da renda de acordo com o nível de recursos das famílias, de modo que aquelas com rendas mais altas combinam fontes de trabalho fora do setor agropecuário em maior medida. No entanto, a diversificação continua limitada: mesmo no decil mais alto, a renda ligada ao setor agropecuário representa cerca de 68% do total.

Gráfico 11
Decomposição da renda do trabalho das famílias por decil de renda total. Média da América Latina e do Caribe, 2023

Painel A.
Famílias rurais



Painel B.
Famílias rurais agrícolas



Nota: A desagregação corresponde a decis da renda total das famílias calculados em nível nacional. Considerando a média dos 14 países, os quatro primeiros decis incluem 53% das famílias rurais, enquanto os quatro últimos decis incluem apenas 26%. A renda do trabalho inclui rendimentos monetários (salários ou ganhos do trabalho por conta própria) e não monetários (autoconsumo e remunerações em bens e serviços). A renda agrícola das famílias é estimada como a soma dos rendimentos totais do trabalho (tanto da ocupação principal quanto das secundárias) dos membros que declaram ter como ocupação principal uma atividade no setor agropecuário. As famílias agrícolas são aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

A baixa produtividade do trabalho por conta própria, que tem um impacto significativo na renda do trabalho das famílias situadas nos decis mais baixos da distribuição, limita a contribuição relativa do trabalho

para a renda total das famílias. Nesses segmentos, as transferências estatais, as aposentadorias e as transferências privadas, como remessas, apoio de familiares ou redes comunitárias, constituem fontes

essenciais de sustento. Em média, as transferências estatais¹⁸ e as aposentadorias representavam, em 2023, 33% e 38% da renda total das famílias rurais nos decis 1 e 2, respectivamente (ou seja, os 20%

mais pobres da população rural). As transferências privadas, por sua vez, contribuíam com 16% e 20% nesses mesmos grupos.

Estrutura setorial do emprego rural, informalidade do trabalho e disparidade salarial

Nas últimas décadas, observaram-se profundas transformações na estrutura produtiva e nas formas de inserção no mercado de trabalho no mundo rural da ALC. No entanto, a elevada informalidade continua sendo uma das principais características da vulnerabilidade nesses ambientes.

A proporção de trabalhadores rurais empregados no setor agropecuário diminuiu constantemente nas últimas duas décadas, enquanto o emprego no setor de serviços absorveu uma parcela crescente da força de trabalho (painel A do gráfico 12). Pela primeira vez na região, menos da metade dos trabalhadores rurais desempenha atividades agropecuárias, o que representa uma queda de 10 pontos percentuais desde 2003. Essa mudança alterou estruturalmente o perfil do emprego rural, historicamente dominado pelo trabalho agrícola.

Paralelamente, a organização do trabalho também mudou (painel B do gráfico 12). Entre 2003 e 2023, a proporção de assalariados rurais aumentou de 32% para 47%, impulsionada principalmente pelo aumento do emprego assalariado registrado ou formal. Em contrapartida, a participação do trabalho por conta própria de baixa qualificação diminuiu de 50% para 38% e do emprego não remunerado, principalmente familiar e feminino, diminuiu de 11% para 8%. Em conjunto, essas mudanças resultaram em uma redução da informalidade no trabalho rural de 11 pontos percentuais, passando de 78% em 2003 para 67% em 2023.

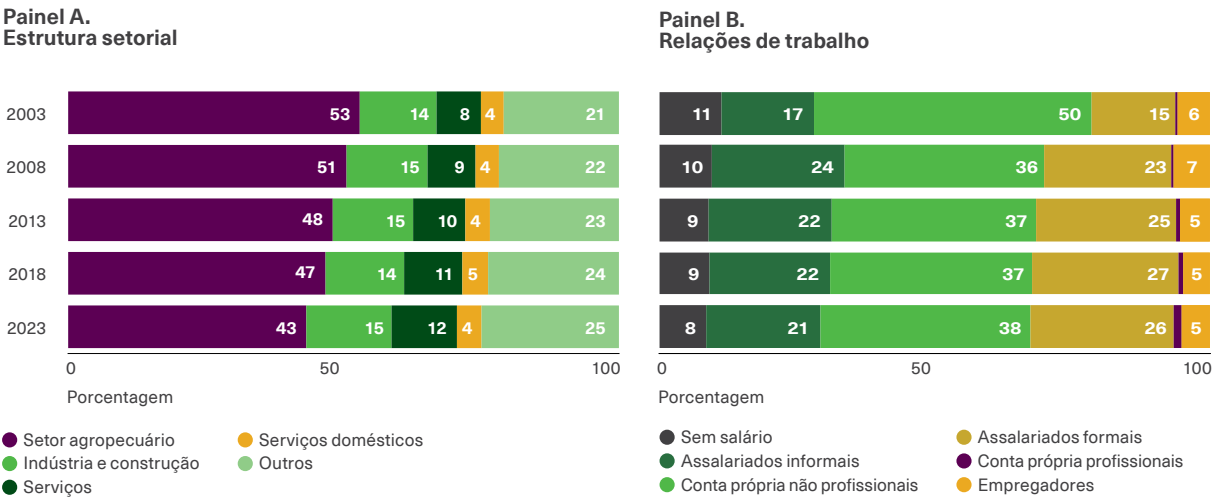
Apesar desses avanços, a informalidade continua sendo uma característica estrutural do emprego rural: afeta quase sete em cada dez trabalhadores, frente a menos da metade nas áreas urbanas (47%). A informalidade está associada a menores rendimentos, à ausência de proteção social e à falta de estabilidade no trabalho, perpetuando a vulnerabilidade de amplos segmentos da população rural. Embora seja mais elevada no setor agropecuário, onde supera em 18 pontos percentuais a observada nos demais setores, ela se estende a todas as áreas do trabalho rural. Em linha com essa maior informalidade, mas também devido a outros fatores, os empregos no setor agropecuário são menos remunerados: em média, os rendimentos são 25% inferiores aos do emprego rural não agropecuário.

No que diz respeito aos salários rurais, estes aumentaram nas últimas décadas, embora ainda sejam, em média, 34% inferiores aos urbanos. Essa diferença decorre tanto de fatores do lado da oferta de trabalho, por exemplo, níveis mais baixos de capital humano, quanto de fatores do lado da demanda, entre eles a concentração de atividades de baixa produtividade nos territórios rurais. Evidências mostram que, mesmo entre trabalhadores com níveis semelhantes de escolaridade, persiste uma dupla penalidade salarial associada ao trabalho no setor agropecuário e à residência em áreas rurais: os salários daqueles que se encontram nessa situação são, em média, 26% mais baixos do que os dos trabalhadores urbanos não agropecuários¹⁹.

18 As transferências estatais na base do CEDLAS (2025), de onde vêm esses dados, incluem transferências monetárias de programas de combate à pobreza, transferências em bens e serviços e outras transferências sociais correntes não contributivas (como abonos familiares e subsídios de desemprego não contributivos) e excluem as pensões. Uma das principais ferramentas de sustentação da renda atualmente para os grupos mais vulneráveis são os programas de transferências condicionadas, em vigor em 19 países da região (CEPAL, 2025).

19 Essas estimativas são obtidas a partir de equações de Mincer que controlam fatores como escolaridade, idade e gênero, utilizando pesquisas domiciliares de 14 países.

Gráfico 12
Evolução do emprego rural: setores e relações de trabalho. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. No painel A, a categoria “setor agropecuário” inclui agricultura, pecuária, caça e silvicultura; “serviços” inclui serviços profissionais, saúde e educação; “outros” inclui pesca, exploração de minas e pedreiras, comércio, transporte e administração. Os setores primários de pesca e exploração de minas e pedreiras representam uma fração muito baixa do emprego rural (1,6%) e, por isso, estão incluídos na categoria “outros”. Os totais podem diferir ligeiramente de 100% devido ao arredondamento.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Dentro do emprego rural, certos grupos enfrentam desvantagens adicionais. As mulheres, com menor presença no setor agropecuário, concentram-se em ocupações mais informais e com salários mais baixos; uma em cada cinco trabalha sem remuneração e sua renda é, em média, 8% menor que a dos homens nesse setor e 30% menor nos demais setores. A maternidade amplia significativamente essas disparidades (Marchionni et al., 2025). A população indígena, por sua vez, apresenta níveis mais elevados de participação no mercado de trabalho. Esse grupo está sobrerrepresentado em atividades agropecuárias por conta própria, caracterizadas por um alto grau de informalidade e baixa renda.

Serviços e infraestrutura rural

Os serviços básicos e a infraestrutura são a camada facilitadora do desenvolvimento rural: melhoram a saúde e o bem-estar, aumentam a produtividade das famílias e das unidades econômicas e conectam as comunidades a mercados, empregos e serviços que não podem ser fornecidos localmente. Na ALC, o acesso à água, saneamento, eletricidade, conectividade física e digital, educação, saúde e serviços financeiros avançou, mas as disparidades territoriais persistem. O problema central já não é apenas chegar, mas como o serviço é prestado: desafios de qualidade, continuidade e acessibilidade limitam, em muitos casos, sua contribuição para o bem-estar e a inclusão produtiva.

É importante destacar que a falta de acesso a certos serviços pode ter origem tanto em restrições de

oferta, muitas vezes resultado dos altos custos de expansão e operação de redes em territórios dispersos, quanto em barreiras do lado da demanda, relacionadas a preços, capacidade de pagamento, informação ou habilidades de uso, entre outras. Essas considerações são comuns a todos os serviços analisados e fundamentais para traduzir os diagnósticos em políticas eficazes, uma vez que cada tipo de limitação requer instrumentos diferentes.

Medir com precisão essas disparidades exige cautela. Muitas estatísticas não distinguem suficientemente o meio rural e, quando as localidades melhoram e ampliam sua cobertura, tendem a ser reclassificadas como urbanas, o que, em conjunto, pode levar a uma subestimação do progresso real.

Água, saneamento e eletricidade: avanços na cobertura, atrasos na qualidade

O acesso à água potável em áreas rurais aumentou constantemente nas últimas duas décadas. Entre 2003 e 2023, a cobertura média passou de 51% para 71% das famílias e a disparidade entre áreas urbanas e rurais diminuiu (gráfico 13). No entanto, apenas 55% da população rural tem acesso a água potável gerenciada de forma segura, isto é, água proveniente de uma fonte melhorada, disponível no domicílio, livre de contaminação prioritária e que pode ser obtida quando necessário, indicador que corresponde à meta 6.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cerca de 39% das famílias rurais tem acesso básico e 6% continuam dependendo de fontes precárias, de acordo com dados do Programa Conjunto OMS/

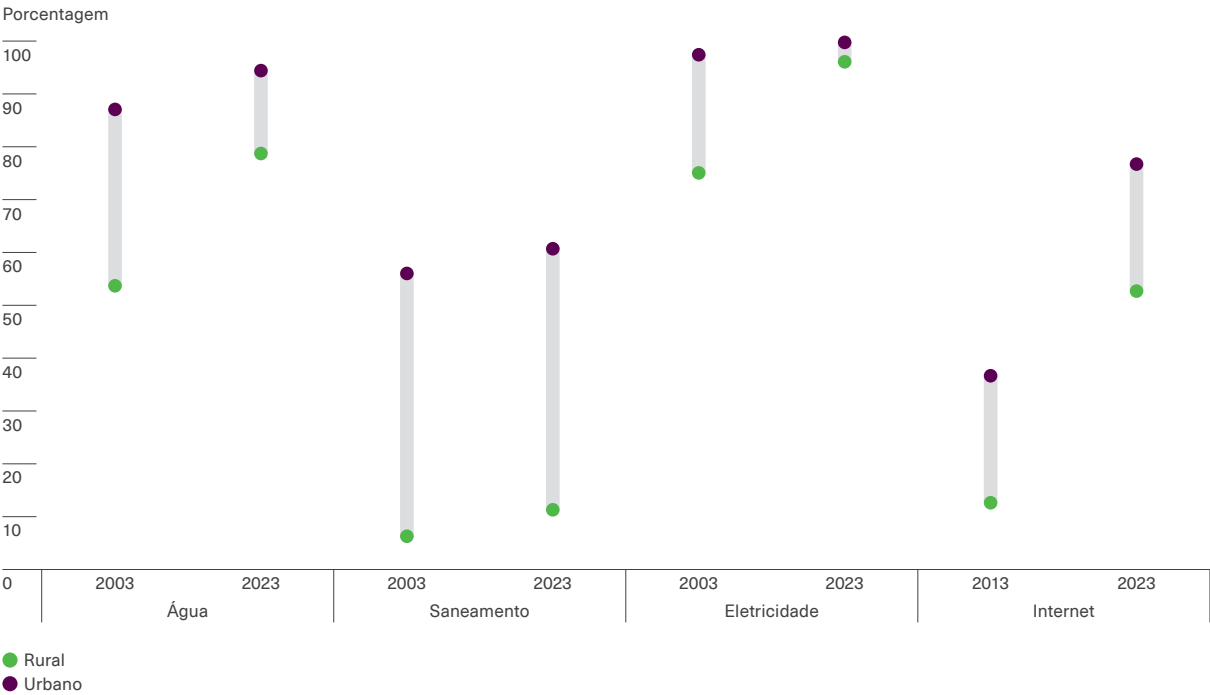
Unicef de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene (JMP, 2025).

O acesso a fontes de água precárias e até mesmo o acesso básico, embora em menor grau, continuam representando riscos sanitários e aprofundando as desigualdades, especialmente no uso do tempo das pessoas responsáveis pelo transporte da água. Mulheres e meninas costumam assumir essa tarefa, o que repercute negativamente em seu desempenho no trabalho e sua autonomia econômica, em seu bem-estar e sua escolaridade.

O saneamento apresenta defasagens mais acentuadas: apenas 11% das famílias rurais possuem instalações adequadas conectadas à rede, frente a 65% nas áreas urbanas. Essas disparidades se mantiveram quase constantes por duas décadas. Parte desses valores baixos também se deve ao limiar de classificação: nas pesquisas domiciliares, a categoria de “saneamento adequado” geralmente requer conexão à rede de esgoto, condição menos viável em localidades rurais e, portanto, não reflete adequadamente as soluções locais *in situ* que podem ser igualmente seguras.

Porém, considerando o indicador da meta 6.2 dos ODS, que contempla o acesso a saneamento seguro (instalação melhorada não compartilhada, com dejetos contidos e esvaziados ou transportados e tratados de forma segura ou tratados *in situ*), as defasagens são igualmente notórias. Embora não haja dados sobre saneamento seguro para todos os países, em sete da ALC (Cuba, Equador, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Suriname e Trindade e Tobago), a média gira em torno de 50%, o que evidencia a distância ainda pendente para universalizar esse padrão (JMP, 2025).

Gráfico 13
Proporção de famílias com acesso a serviços por ano e área de residência. Média na América Latina e no Caribe



Notas: Os números correspondem à porcentagem de famílias com acesso a serviços por área, em média simples. Em alguns países não havia informações disponíveis para os anos selecionados, razão pela qual foi atribuído ao ano mais próximo.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

O acesso à eletricidade no mundo rural da ALC é hoje quase universal: a maioria dos países ultrapassa 90% de cobertura. A disparidade entre áreas urbanas e rurais diminuiu drasticamente entre 2003 e 2023 (gráfico 13) graças a programas nacionais e à incorporação de soluções descentralizadas com energias renováveis.

A principal disparidade no fornecimento de energia elétrica entre localidades urbanas e rurais na ALC manifesta-se mais na qualidade do que no acesso. Dois casos exemplificam os problemas. No Panamá e no Uruguai, as interrupções na prestação do serviço nas áreas rurais duram entre duas e quatro vezes mais do que nas áreas urbanas, respectivamente, e os padrões regulatórios são geralmente menos rigorosos para localidades rurais (ASEP, 2024; URSEA, 2025).

Conectividade física: acessibilidade como barreira territorial

O transporte rural é um determinante transversal da produtividade e do bem-estar. Um dos primeiros indicadores para medir a disponibilidade de infraestrutura de transporte é o comprimento das estradas em relação à área do território. A ALC tem uma baixa densidade de estradas em nível nacional (17 km de estradas por 100 km² de área), com apenas 22% pavimentadas, frente a 82% na Europa. Isso se traduz em maiores custos logísticos e isolamento.

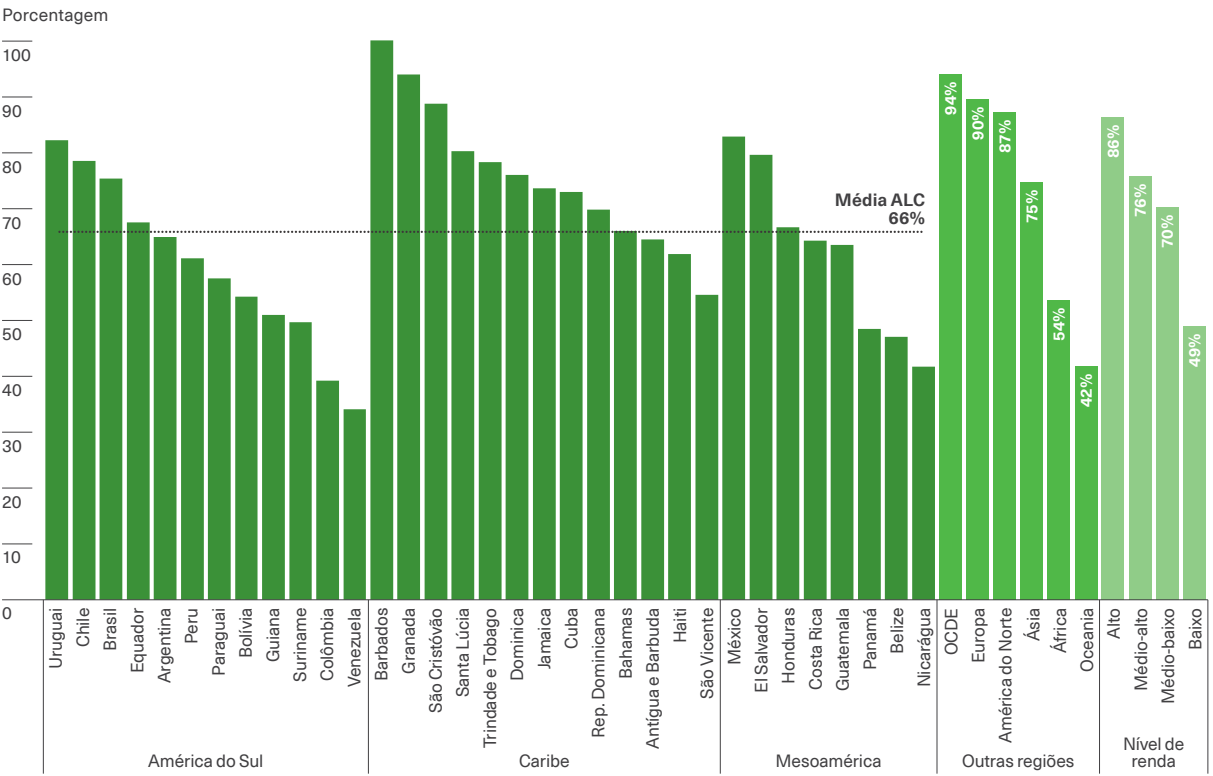
Por outro lado, a população rural da ALC caracteriza-se por alta dispersão espacial e, em média, por um maior isolamento que nos países desenvolvidos. Por isso, é importante considerar a distribuição territorial em relação à proximidade dos habitantes para estimar em que medida a infraestrutura de transporte proporciona acessibilidade.

De acordo com estimativas realizadas para este RED, 66% da população rural vive a menos de 2 km de uma estrada transitável durante todo o ano (gráfico 14), mas esse número cai para 40% quando se consideram estradas pavimentadas (Buccari et al., 2025). No interior dos países, também se observam heterogeneidades entre municípios com características diferentes. Quanto maior a área territorial do município e a variação de altitude, menor é, em média, a proporção da população rural com acesso a uma estrada a menos de 2 km. Em contrapartida,

verifica-se uma relação positiva com a proporção da população rural (em relação à população total do município), o que poderia refletir uma priorização da construção de estradas em entidades locais com maior participação da população rural.

Além disso, o indicador de acesso viário guarda uma relação positiva com as receitas tributárias per capita dos municípios. Essa associação torna-se ainda mais pronunciada quando se considera exclusivamente a acessibilidade a estradas pavimentadas. Essa relação pode refletir uma causalidade bidirecional: por um lado, os governos locais com maiores recursos fiscais estariam em melhores condições de investir em infraestrutura viária secundária ou terciária; por outro, uma maior acessibilidade poderia dinamizar a economia local e, com isso, aumentar a arrecadação tributária.

Gráfico 14
 Porcentagem da população rural que vive a menos de 2 km de uma estrada em países da América Latina e do Caribe e outras regiões



Nota: As porcentagens apresentadas no gráfico incluem tanto estradas pavimentadas quanto não pavimentadas. A metodologia utilizada para os países da ALC pode ser consultada no quadro 8.2 do relatório completo. Os dados para os demais países foram obtidos de Azavea et al. (2019) e agregados de acordo com a classificação por nível de renda do Banco Mundial (2025a). A média da OCDE não considera os países da ALC.

Fonte: Buccari et al. (2025).

Conectividade digital: nova fronteira do acesso rural

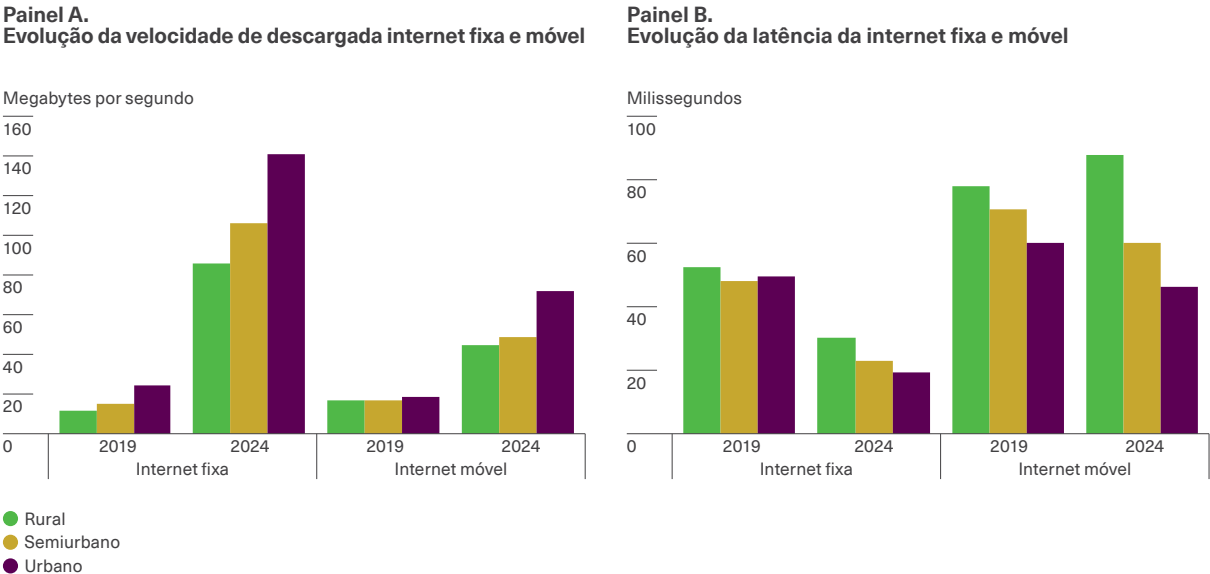
A conectividade digital é hoje uma condição para a inclusão educacional, na saúde, no trabalho e na produtividade. No entanto, apenas metade das famílias rurais tem acesso à internet, frente a 86% nas áreas urbanas (gráfico 13). A diferença na velocidade de conexão é ainda maior: em média, a velocidade nas localidades urbanas é 64% superior à das rurais (painel A do gráfico 15). O tempo de resposta da rede (latência) também é um indicador de qualidade

relevante, especialmente para o uso de serviços como saúde ou educação virtual. Observa-se que, em geral, os tempos de espera dos usuários diminuíram entre 2019 e 2024 (painel B do gráfico 15). No entanto, o avanço foi mais acentuado nas áreas urbanas do que nas rurais.

As restrições de infraestrutura se somam às barreiras da demanda: o preço do serviço e dos equipamentos continua sendo a limitação mais mencionada, especialmente em famílias de baixa renda. O nível de escolaridade, a idade do chefe da família e a falta de habilidades digitais também influenciam. A expansão das redes móveis e de satélite melhorou a cobertura,

mas o desafio é alcançar um uso eficaz para acessar bens e serviços essenciais para a inclusão social e produtiva. Uma grande oportunidade para as áreas rurais é que a conectividade sirva para acessar serviços públicos, de educação, telemedicina e comércio eletrônico, entre outros.

Gráfico 15
Indicadores de qualidade da internet fixa e móvel na América Latina e no Caribe por grau de urbanização, 2019 e 2024



Nota: A velocidade e a latência refletidas pelos painéis A e B são a média dos municípios com base em sua classificação pelo grau de urbanização (DEGURBA).
Fonte: Elaboração própria com base em dados da OOKLA (s.d.), CAF (2025) e Schiavina et al. (2023).

Educação: cobertura ampliada, limitações em recursos e infraestrutura escolar

Em quase todos os países da região, a matrícula no ensino fundamental rural tornou-se universal, mas persistem grandes disparidades de qualidade. As escolas rurais tendem a ser menores, multisseriadas e com menos recursos, o que limita as oportunidades

de aprendizagem. Nos níveis médio e superior, o acesso continua mais restrito e as disparidades de qualidade se ampliam. A distância até os centros educacionais e o custo do transporte são os principais obstáculos à frequência e permanência na escola.

As diferenças de qualidade estão intimamente ligadas às condições da infraestrutura e à disponibilidade de professores, fatores que continuam sendo menos favoráveis nas áreas rurais. Em muitos países, uma baixa proporção de alunos rurais frequenta escolas com serviços básicos adequados, como água potável, espaços de aprendizagem (bibliotecas ou laboratórios) e conectividade digital suficiente. De acordo com Allub et al. (2025), o número de alunos por computador não difere substancialmente entre escolas rurais e urbanas, mas sim a porcentagem de equipamentos

conectados à internet, refletindo desigualdades nos recursos tecnológicos disponíveis.

As dificuldades para atrair e reter professores qualificados, juntamente com a prevalência do ensino multisseriado, são outras características persistentes do sistema educacional rural. Essas condições, combinadas, contribuem para explicar as diferenças observadas nos resultados de aprendizagem e nas trajetórias educacionais entre alunos rurais e urbanos.

Saúde: dispersão, escassez de pessoal e baixa capacidade resolutiva

A cobertura dos serviços de saúde nas áreas rurais foi ampliada com a rede de atenção primária, mas a capacidade resolutiva é muito desigual. Em termos de oferta de serviços, assim como no caso da educação, a falta de economias de escala e a dispersão da população rural podem influenciar a disponibilidade de centros de saúde e limitar o acesso a estabelecimentos de maior complexidade.

Os centros rurais costumam ter menos pessoal e equipamentos. Embora as evidências comparativas para a região sejam limitadas, o caso do Chile ilustra bem as diferenças. De acordo com dados do Ministério da Saúde do Chile (DEIS, 2025), todas as comunas rurais possuem pelo menos um estabelecimento de saúde de baixa complexidade, embora apenas 8% tenham um de média complexidade (enquanto nas comunas urbanas é de 95%) e menos de 1% tenham um de alta complexidade (65% no caso

das comunas urbanas). Como resultado, a população precisa se deslocar para ter acesso a esses serviços, e as distâncias podem ser consideráveis. Por sua vez, dados do Brasil mostram que o número de profissionais de saúde por habitante, particularmente médicos, é maior, em média, em municípios com maior grau de urbanização.

Essa realidade mostra que, diante de demandas de maior complexidade, o sistema de saúde rural tem, por enquanto, menor capacidade resolutiva e depende do deslocamento físico das pessoas. Nesse contexto, as barreiras da demanda, como poder aquisitivo e tempo de deslocamento, assumem especial relevância. Os déficits em saúde se agravam em comunidades indígenas e dispersas, onde a atenção nem sempre se adapta aos contextos culturais e linguísticos.

Acesso e barreiras à inclusão financeira

A expansão da inclusão financeira é crucial não apenas para facilitar as transações e a poupança, mas também para gerenciar riscos, financiar pequenos investimentos e promover o empoderamento

econômico, especialmente das mulheres rurais. Apesar disso, 33% da população rural da ALC não possui conta em instituição financeira nem utiliza dinheiro eletrônico acessado por dispositivos móveis.

O uso de serviços semiformais, como associações rotativas de poupança e crédito (ROSCA, na sigla em inglês) ou associações comunitárias de poupança e empréstimo (VSLA, na sigla em inglês), é mais difundido no meio rural e tem alta participação feminina, como observado em experiências no Peru (Frisancho e Valdivia, 2024).

As principais barreiras ao acesso a uma conta bancária são a distância física até os pontos de atendimento e os custos associados à abertura de uma conta. Vale ressaltar também que a desconfiança no sistema financeiro é maior entre adultos do mundo rural do que entre aqueles do meio urbano. A isso se somam disparidades significativas entre a população urbana e rural no que diz respeito aos indicadores de conhecimento financeiro. No entanto, a atitude em relação à tecnologia financeira (digital) é semelhante nas áreas urbanas e rurais, o que sugere que há uma predisposição no mundo rural para a adoção de produtos digitais.

O uso de dinheiro eletrônico acessado por dispositivos móveis, de fato, aumentou rapidamente nos últimos anos. Em 2021, 25% da população adulta rural possuía uma conta e, em 2025, esse indicador aumentou para 33%. Embora o dinheiro eletrônico possa ser fundamental para ampliar a inclusão em áreas rurais, por enquanto seu papel parece mais complementar do que substitutivo de outros tipos de instrumentos financeiros.

Roteiro para a prosperidade rural inclusiva

O desenvolvimento do mundo rural na ALC exige um conjunto articulado de políticas que combinem produtividade, sustentabilidade e inclusão social. Os avanços recentes na região têm sido significativos, mas ainda insuficientes para garantir uma convergência sustentada entre as áreas rurais e urbanas. As políticas apresentadas no relatório constituem uma

gama de alternativas que os países da região podem adaptar de acordo com sua estrutura produtiva, nível de desenvolvimento e capacidades institucionais. Todas compartilham o mesmo objetivo: transformar a ruralidade em um espaço de oportunidades econômicas e bem-estar social, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Setor agropecuário

A modernização do setor agropecuário na ALC requer um conjunto de condições viabilizadoras. Entre elas, o acesso ao financiamento é fundamental, pois condiciona a capacidade dos produtores de incorporar capital, insumos intermediários e novas tecnologias. A heterogeneidade das unidades de produção da região exige a criação de linhas e produtos financeiros diferenciados. É necessária inovação nos mercados de microcrédito, como períodos de carência relacionados à colheita, garantias alternativas e ferramentas tecnológicas para melhorar a avaliação de crédito. O governo também pode contribuir por meio de linhas de crédito especiais para pequenos produtores, fundos de garantia, taxas de juros subsidiadas e cofinanciamento de investimentos tecnológicos. A digitalização também oferece um canal promissor para ampliar o acesso e optar por créditos com base no rendimento das colheitas, nas vendas e nos comportamentos de pagamento (Klinger et al., 2013; Mengede, 2025).

A gestão do risco de produção é outro componente fundamental para sustentar o investimento e proteger a renda rural. O seguro agropecuário, seja por meio

de seguros multirrisco, de renda ou paramétricos, ajuda a mitigar as perdas associadas a choques climáticos e de mercado, ao mesmo tempo em que melhora as condições de acesso ao crédito. No entanto, a cobertura desses instrumentos ainda é limitada, o que justifica um papel ativo do Estado em sua expansão.

O investimento em infraestrutura rural constitui um terceiro pilar para a modernização do setor. A melhoria das estradas rurais, o acesso à eletricidade, a expansão dos centros de armazenamento e refrigeração, a incorporação da irrigação tecnificada e o fortalecimento da conectividade digital reduzem custos, diminuem as perdas pós-colheita durante o armazenamento e transporte da produção para outras áreas e facilitam a inserção em mercados mais dinâmicos.

A segurança jurídica sobre a terra e a qualidade dos sistemas cadastrais também são determinantes para as decisões de investimento de longo prazo. A ausência dessa institucionalidade limita o acesso ao crédito e desestimula a adoção de tecnologias de maior produtividade. Nesse sentido, o desenvolvimento de

cadastros modernos, digitais e multifuncionais, que integrem informações fiscais, jurídicas e de planejamento territorial, com processos participativos e focados em áreas com maiores defasagens e ecossistemas estratégicos, pode fortalecer a segurança jurídica e facilitar políticas de financiamento e investimento mais inclusivas. As evidências disponíveis sugerem que processos de formalização da propriedade da terra bem elaborados podem contribuir para uma alocação mais eficiente dos fatores produtivos (De Janvry et al., 2015).

O crescimento sustentado da produtividade agropecuária também requer avanços conjuntos na modernização do capital físico e no fortalecimento dos recursos humanos. A promoção de modelos de prestação de serviços produtivos —como o arrendamento de máquinas ou a prestação de serviços de mecanização compartilhada— pode ampliar o acesso a tecnologias-chave sem exigir grandes investimentos individuais em ativos. As políticas voltadas para a inovação e a adoção tecnológica devem articular investimentos em pesquisa aplicada com foco nas condições locais, financiamento específico para a incorporação de novas tecnologias, melhorias na conectividade rural e estratégias de desenvolvimento de capacidades, incluindo a alfabetização digital. Nesse contexto, ecossistemas de agrotecnologia, parcerias público-privadas, incubadoras de inovação e vinculação com universidades podem acelerar a disseminação de soluções tecnológicas adaptadas aos diferentes contextos produtivos.

De forma complementar, é fundamental integrar a educação formal, incluindo o ensino técnico e pós-médio, e a formação contínua às políticas produtivas do setor. A modernização dos sistemas de

extensão rural, o fortalecimento da formação técnica alinhada às cadeias de valor e a melhoria do acesso territorial aos centros educacionais são elementos-chave para potencializar o impacto dos investimentos produtivos. Em alguns contextos, essas ações podem ser reforçadas por meio de programas de emprego local que facilitem a transição entre a formação e as oportunidades concretas de produção.

Outro conjunto de políticas visa a diferenciação de produtos por meio da adoção de padrões de qualidade, rastreabilidade e certificação, fundamentais para melhorar a inserção internacional e reduzir a exposição estrutural da região à volatilidade dos preços dos bens primários (Ocampo, 2017). Experiências como o café da Colômbia ou a carne do Uruguai mostram que esses instrumentos podem estabilizar a renda e facilitar o acesso a mercados de maior valor, ao mesmo tempo em que as estratégias de diversificação também abrem oportunidades para alimentos nativos. Nesse contexto, o fortalecimento das políticas de controle de riscos fitossanitários é essencial, tanto pelos seus efeitos sobre a produtividade local e a saúde quanto pelo seu papel facilitador no cumprimento de padrões e certificações.

Por fim, essas linhas de ação não excluem a necessidade de políticas específicas voltadas para melhorar a produtividade dos pequenos produtores, que são fundamentais para elevar a renda rural, reduzir as disparidades e fortalecer a inclusão econômica. Nesse sentido, potencializar sua inserção nas cadeias de valor agroalimentares é fundamental para ampliar suas oportunidades econômicas e garantir a captura de maior valor agregado.

Setores-chave para a transição energética

A transição energética global oferece à ALC uma oportunidade estratégica para reconfigurar suas estruturas produtivas e promover um desenvolvimento rural mais sustentável, diversificado e inclusivo. Um conjunto de políticas setoriais específicas pode acelerar a transição energética e maximizar seus benefícios nos territórios rurais.

Um primeiro eixo é fortalecer a governança dos recursos naturais. Marcos legais sólidos, transparência e prestação de contas são fundamentais para atrair investimentos e garantir a aceitação social. Padrões de transparência e ESG (na sigla em inglês) (ambientais, sociais e de governança) são cada vez mais importantes para o acesso aos mercados

internacionais e para a legitimação de projetos em nível local. Essa abordagem pode mitigar tensões que historicamente surgiram devido aos danos ambientais; ao mesmo tempo, permite evidenciar e legitimar os potenciais benefícios oferecidos pela exploração responsável de minerais críticos para a transição energética global. O Chile se destaca com sua Estratégia Nacional de Mineração, que estabelece metas de neutralidade de carbono até 2040 e a eliminação de resíduos mineiros até 2050. Esses marcos regulatórios, juntamente com um monitoramento ambiental rigoroso, são essenciais para prevenir desastres e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Um segundo componente fundamental da governança dos recursos naturais é a gestão das tensões pelo uso do território e da água, especialmente entre mineração, agricultura e consumo humano. Nesse âmbito, os instrumentos de participação e diálogo são essenciais para reduzir conflitos e fortalecer a legitimidade social dos projetos. A consulta prévia e informada, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e os comitês de monitoramento ambiental participativo, que reúnem comunidades, empresas e governos, são exemplos de mecanismos que contribuem para a prevenção, detecção e mitigação de impactos ambientais.

A gestão prudente das receitas provenientes das indústrias extrativas é outro desafio crucial. Fundos de estabilização ou soberanos, como o Fundo de Estabilização Fiscal do Peru, permitem gerenciar a volatilidade dos preços e garantir a sustentabilidade fiscal. Os mecanismos de distribuição das rendas

extrativas são instrumentos que buscam gerar impactos positivos no bem-estar das comunidades locais. Além disso, as políticas de conteúdo local, como cotas de emprego e contratação de fornecedores do local onde a atividade é desenvolvida, promovem cadeias locais e podem ter impactos positivos na geração de renda para a população rural.

A transformação tecnológica do setor extrativista oferece oportunidades para aumentar a eficiência e reduzir os impactos ambientais. A adoção de ferramentas digitais, como sensores, inteligência artificial, drones e monitoramento por satélite, pode melhorar a segurança dos trabalhadores, otimizar o uso dos recursos e diminuir as emissões. Além disso, a eletrificação de máquinas e a autogeração renovável já estão se expandindo rapidamente em minas e empresas da região. Para acelerar essa transição, os governos podem promover incentivos financeiros, como créditos concessionais, subsídios ou esquemas de cofinanciamento, voltados para a adoção tecnológica e a formação de capacidades locais em gestão ambiental, digitalização e manutenção industrial.

Por fim, um requisito transversal para o adequado aproveitamento das oportunidades são as políticas de incentivo ao investimento privado, como os incentivos fiscais ou os mecanismos de balcão único. Como esses projetos exigem grandes investimentos iniciais de capital e planos de longo prazo, essas políticas devem ser acompanhadas de estabilidade política e macroeconômica, bem como de políticas de segurança nacional que impeçam a ocorrência de atividades ilícitas relacionadas aos recursos naturais.

Setores com potencial para a diversificação produtiva do mundo rural

A diversificação produtiva é fundamental para impulsionar o desenvolvimento rural e reduzir a vulnerabilidade a choques exógenos. Para concretizá-la, são necessárias políticas setoriais consistentes, financiamento adequado e capacidades institucionais que

permitam o desenvolvimento de vantagens comparativas de longo prazo.

Setor florestal

O negócio florestal é inerentemente de longo prazo e, portanto, depende de políticas estáveis e segurança jurídica. As experiências bem-sucedidas do Brasil e do Uruguai mostram a importância de instituições específicas para o setor, marcos regulatórios claros, agilidade administrativa e políticas nacionais de fomento ao setor. Também é necessário apoio financeiro de longo prazo, com empréstimos que adiem pagamentos parciais do capital ou dos juros até o final da operação, visto que os retornos só se materializam muito mais tarde (entre 8 e 15 anos). Os bancos privados nem sempre oferecem esse tipo de financiamento, razão pela qual o setor público pode desempenhar um papel relevante. No entanto, esses incentivos devem ser cuidadosamente elaborados, pois o setor tende a ser altamente concentrado em grandes unidades de produção e os subsídios podem levar a uma concentração de recursos públicos em poucas mãos.

As certificações são outro instrumento para agregar valor à produção e acessar mercados internacionais. Essas certificações também promovem condições de trabalho mais equitativas e o reconhecimento dos direitos indígenas e comunitários. Os governos podem facilitar o apoio e o acesso às certificações, especialmente para pequenos produtores. Esse apoio também fortalece a capacidade do setor de acessar mercados de créditos de carbono, que exigem certificações para comprovar a contribuição para a captura de emissões. Esses mercados permitem obter recursos para conservação, florestamento e reflorestamento, e podem ajudar a financiar projetos florestais e gerar empregos em áreas de conservação.

Pesca e aquicultura

O desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola na ALC exige a promoção de uma aquicultura sustentável e tecnologicamente avançada. Também precisa melhorar as condições de trabalho e de formalização em toda a cadeia de valor, aproveitar o conteúdo nutricional de seus produtos para promover melhorias na segurança alimentar regional e contribuir para o turismo por meio da gastronomia.

Para avançar em direção à sustentabilidade do setor, é prioritário fortalecer as capacidades de controle e gestão da pesca. As políticas recomendadas incluem investir em infraestrutura física para o monitoramento da pesca INDNR e capacitar o pessoal responsável pela vigilância. Entre as políticas de adaptação climática estão os sistemas de alerta precoce e a capacitação e integração dos pescadores nos planos de manejo costeiro resiliente.

Apesar de ser a segunda região aquícola do mundo, a ALC concentra sua produção em poucos países, de modo que há uma ampla margem para expandir a criação de peixes, moluscos, crustáceos e algas em mais territórios rurais. As políticas recomendadas incluem transferências de tecnologia, financiamento e capacitação para pequenos e médios aquicultores.

Apesar de ser uma região exportadora líquida de produtos do mar, a ALC registra um baixo consumo interno de peixe, com algumas exceções. Isso oferece importantes oportunidades de expansão da demanda para o setor, com políticas como campanhas de educação nutricional e programas de alimentação escolar com produtos locais. Por sua vez, o desenvolvimento da gastronomia também promove o turismo em áreas costeiras, permitindo uma maior diversificação da renda rural.

Turismo

O turismo rural enfrenta limitações estruturais: infraestrutura deficiente, conectividade limitada e carências na prestação ou na qualidade dos serviços básicos. Por isso, recomenda-se integrar os benefícios do turismo ao planejamento territorial, de modo que os investimentos públicos em estradas, saneamento ou energia também potencializem a atividade turística. Além disso, é crucial garantir padrões ambientais e sociais para evitar impactos negativos sobre os ecossistemas e as comunidades.

No turismo rural e comunitário, é preciso adotar uma perspectiva de longo prazo. A comparação entre países revela que aqueles que implementaram programas de turismo rural e comunitário com uma perspectiva de médio e longo prazo tendem a gerar impactos mais profundos e sustentáveis. É o caso da Bolívia, Costa Rica e Paraguai, onde programas com mais de 12 anos de implementação alcançaram impactos significativos nas dimensões sociocultural, ambiental, econômica e de inclusão (Gandolfi e Ramírez, 2025).

Políticas para reduzir a vulnerabilidade e promover a inclusão

A redução da pobreza e da vulnerabilidade no mundo rural continua sendo um desafio central. As políticas devem se concentrar no fortalecimento da proteção social, na promoção da inclusão produtiva e na redução das disparidades de gênero e etnia que limitam as oportunidades nos territórios rurais.

O fortalecimento da proteção social é uma prioridade. Na região, consolidaram-se os programas de transferência de renda, especialmente as transferências condicionadas, vigentes hoje na maioria dos países, que contribuíram para reduzir a pobreza e melhorar a educação e a saúde infantil. As pensões não contributivas também ampliaram a cobertura dos idosos nas áreas rurais. Avançar rumo a uma proteção social mais eficaz significa aumentar a suficiência dos benefícios, garantir seu alcance em territórios isolados e vinculá-los a estratégias de inclusão econômica.

Políticas ativas de emprego são especialmente relevantes em contextos rurais, onde a oferta de trabalho tende a se concentrar em ocupações de baixa produtividade e alta informalidade. Seu fortalecimento é fundamental para diversificar as fontes de renda e gerar empregos de melhor qualidade. Programas de capacitação, formação técnica e reconversão profissional devem se adaptar às características dos

territórios e se articular com os setores estratégicos identificados no relatório: agricultura e agroindústria; setores associados à transição energética; e serviços rurais emergentes (por exemplo, turismo, logística e atividades ambientais). A integração da formação e da intermediação profissional às cadeias de valor desses setores permite que os trabalhadores rurais participem de novas oportunidades produtivas e tenham acesso a ocupações mais estáveis, formais e com melhores condições de proteção social. Paralelamente, a promoção da formalização do trabalho e o cumprimento das normas do trabalho decente em áreas rurais são condições indispensáveis para melhorar a qualidade do emprego e garantir o acesso efetivo à proteção social.

O ensino pós-médio, especialmente o ensino técnico e profissional, desempenha um papel fundamental no fortalecimento das capacidades dos jovens rurais e na facilitação de sua inserção nos setores produtivos emergentes. Sua expansão e adequação às necessidades territoriais podem impulsionar a mobilidade social e contribuir para que o capital humano rural participe plenamente da transformação produtiva.

Reduzir as disparidades de gênero no emprego e na renda exige políticas que abordem as restrições relacionadas à maternidade, aos cuidados e à carga de trabalho doméstico. A expansão dos serviços de creche e educação infantil em ambientes rurais, juntamente com o investimento em infraestrutura básica que economize tempo (água, energia, transporte), permite ampliar a autonomia econômica das mulheres rurais. Programas de formação técnica com enfoque de gênero, ações afirmativas em setores tradicionalmente masculinizados e inclusão financeira são instrumentos fundamentais para potencializar sua participação econômica. Essas políticas devem ser

complementadas com campanhas de sensibilização voltadas para a transformação das normas sociais que reproduzem as desigualdades, muito marcantes em ambientes rurais.

Por fim, políticas facilitadoras, como a melhoria da infraestrutura de transporte e conectividade digital, reduzem os custos de acesso ao emprego e facilitam a mobilidade laboral. Investir em estradas rurais e serviços de transporte público ou comunitário, bem como em infraestrutura digital, amplia o leque de oportunidades disponíveis para os trabalhadores rurais e fortalece a integração territorial.

Políticas para a prestação de serviços de qualidade em áreas rurais

Embora os avanços na cobertura dos serviços tenham sido significativos na maioria das áreas rurais, persistem desigualdades acentuadas na qualidade. Limitações associadas à dispersão populacional, custos de prestação de serviços mais elevados e baixa rentabilidade privada explicam grande parte dessas disparidades, refletindo a necessidade de políticas diferenciadas e coordenadas entre setores e níveis de governo. Reduzir essas disparidades e melhorar a qualidade desses serviços requer uma combinação de políticas de investimento público, inovação institucional e participação comunitária.

Nos setores de infraestrutura básica (água, saneamento e eletricidade), do lado da oferta, destacam-se as estratégias que combinam a expansão das redes com soluções descentralizadas adaptadas a territórios dispersos. Do lado da demanda, são necessárias políticas que atuem sobre as barreiras econômicas que afetam as decisões das famílias na hora de se conectar a esses serviços. Essas barreiras incluem custos de conexão, tarifas de serviço e sua acessibilidade, bem como os investimentos habitacionais necessários. Os instrumentos mais eficazes combinam subsídios à conexão direcionados com estruturas tarifárias progressivas que limitam os encargos fixos e protegem o consumo básico. Avanços regulatórios em matéria de qualidade do serviço e sua

correta medição e relatório, bem como a criação de capacidades locais para operação e manutenção, são fundamentais para garantir a prestação de serviços de qualidade.

Em matéria de conectividade física e digital, os países têm utilizado tanto o investimento público direto quanto os esquemas de parceria público-privada para aproveitar as capacidades do setor privado. Para fortalecer essas parcerias, é essencial elaborar contratos adjudicados por meio de licitações que alinhem os incentivos privados com os objetivos de acesso universal (por exemplo, através do agrupamento de contratos ou da estipulação de padrões mínimos de qualidade na prestação, como a fixação de uma velocidade mínima no caso do serviço de internet). De forma complementar, as políticas que promovem o compartilhamento de infraestrutura podem reduzir custos e acelerar a implantação de redes de fibra óptica. Por fim, tecnologias de conectividade com menor necessidade de redes físicas, como a internet via satélite, abrem novas possibilidades para áreas remotas, desde que sejam implementadas políticas que garantam sua acessibilidade para famílias e estabelecimentos rurais.

No acesso aos serviços de saúde e educação, é necessário fortalecer políticas voltadas para reduzir as disparidades territoriais na disponibilidade, qualidade

e complexidade da oferta. Isso requer investimentos focados em infraestrutura e equipamentos, bem como estratégias para ampliar e qualificar os recursos humanos, apoiadas em melhorias na conectividade viária e no uso estratégico das tecnologias da informação e comunicação para facilitar o acesso a serviços especializados. De forma complementar, o uso de incentivos financeiros e profissionais, juntamente com mecanismos como campanhas de informação, mudanças comportamentais e programas de rotação, pode contribuir para atrair e reter pessoal qualificado nos territórios rurais.

Por fim, para ampliar o acesso da população rural aos serviços financeiros, é necessária uma combinação coerente de produtos flexíveis (calendários de pagamento alinhados aos ciclos de produção, períodos de

carência e garantias adequadas), inovação tecnológica (carteiras digitais, correspondentes bancários e plataformas de tecnologia financeira interoperáveis integradas a sistemas seguros de identificação), regulação inclusiva e de proteção ao consumidor (transparência de custos, resolução de reclamações, autenticação robusta e abordagem que priorize as mulheres) e fortalecimento de capacidades (alfabetização digital e financeira aplicada). A digitalização já está aproximando a oferta de localidades antes desatendidas e reduzindo os custos de transação, mas seu impacto depende de que as pessoas que a utilizam saibam operar, comparar e proteger esses serviços, minimizando fraudes e superendividamento e favorecendo um uso eficaz, seguro e sustentável.

Instituições para potencializar o desenvolvimento rural

O aproveitamento do potencial dos territórios rurais depende fundamentalmente da existência de instituições sólidas, capazes de orientar o investimento, coordenar os atores e regular as transformações produtivas. Isso requer superar as lacunas históricas em planejamento, gestão territorial, marcos regulatórios, informações estatísticas e capacidades dos governos subnacionais. Ao mesmo tempo, a participação ativa das comunidades locais, dos produtores e das organizações rurais é relevante para garantir que os investimentos se traduzam em benefícios sustentáveis e equitativos.

São necessárias instituições capazes de mobilizar investimentos públicos e privados para os territórios rurais, reduzindo as defasagens em infraestrutura viária, digital, elétrica e social que limitam o desenvolvimento e a integração territorial. Para que esses investimentos se traduzam em projetos eficazes, é fundamental fortalecer as capacidades de gestão dos governos subnacionais que, especialmente nos países maiores, são responsáveis pela formulação, execução e supervisão desses projetos (Alves et al., 2025) e complementar esse esforço com a capacitação e o empoderamento dos atores locais.

Um desenvolvimento rural moderno também exige marcos regulatórios claros, sistemas de informação robustos e integração regional. Em territórios onde coexistem atividades agrícolas, florestais, energéticas, de mineração e turísticas, marcos regulatórios coerentes são cruciais para garantir que essas transformações produtivas se desenvolvam de maneira sustentável, evitando conflitos por recursos naturais e garantindo padrões ambientais crescentes. Nesse contexto, mecanismos de governança inclusiva que incorporem comunidades locais, povos indígenas e pequenos produtores na tomada de decisões fortalecem a legitimidade das políticas públicas, contribuem para uma alocação mais equitativa dos recursos e reduzem os conflitos pelo uso do território.

Outro aspecto central é reduzir as importantes lacunas nos sistemas de informação estatística, nos cadastros e nos dados territoriais. A falta de informações sistemáticas e comparáveis limita a capacidade de elaborar políticas baseadas em evidências, monitorar desigualdades e avaliar resultados.

Além disso, a expansão de atividades ilegais, como mineração, extração madeireira e pesca ilícita, e outras atividades econômicas criminosas associadas aos recursos naturais, dificulta o investimento e a prestação de serviços, gera insegurança e vulnerabilidade nas comunidades rurais e enfraquece a governança. Isso exige o fortalecimento da presença do Estado, da fiscalização ambiental e das capacidades de segurança. Consolidar essas competências é indispensável para que os territórios rurais desenvolvam plenamente seu.

Por fim, o fortalecimento institucional deve ser acompanhado por uma maior integração regional e cooperação internacional. Muitos dos desafios e oportunidades do mundo rural, como a transição energética, a segurança alimentar e a produção sustentável, transcendem as fronteiras nacionais. A harmonização de normas, o intercâmbio de informações, a cooperação técnica e os acordos intrarregionais podem reduzir custos, aprimorar as capacidades regulatórias e ampliar as oportunidades de desenvolvimento para os territórios rurais (CEPAL et al., 2024). A integração regional também oferece uma plataforma fundamental para fortalecer a voz da ALC em mercados internacionais cada vez mais exigentes.

Referências

- Adamopoulos, T. (2025). *Geography and agricultural productivity: The case of Latin America and the Caribbean*. Documento de trabalho 2025/04. CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2520>
- AIE (2023a). *Latin America energy outlook 2023*. Paris: Agência Internacional de Energia. Licença CC BY 4.0. <https://www.iea.org/reports/latin-america-energy-outlook-2023>
- AIE (2023b). *Net zero roadmap: A global pathway to keep the 1.5 °C goal in reach*. 2023 Update. https://iea.blob.core.windows.net/assets/8ad619b9-17aa-473d-8a2f-4b90846f5c19/NetZeroRoadmap_AGlobalPathwaytoKeepthe1.5CGoalinReach-2023Update.pdf
- AIE (2024). *Renewables 2024. Analysis and forecast to 2030*. Agência Internacional de Energia. <https://iea.blob.core.windows.net/assets/17033b62-07a5-4144-8dd0-651cdb6caa24/Renewables2024.pdf>
- AIE (2025). *Global critical minerals outlook 2025*. Paris: Agência Internacional de Energia. <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025>
- Allub, L., Álvarez, F., Alves, G., Cont, W., Juncosa, F. e Odriozola, J. (2024). *RED 2024. Energías renovadas: Transición energética justa para el desarrollo sostenible*. Caracas: CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2248>
- Allub, L., Álvarez, F., Brassiolo, P., Buccari, F., de la Mata, D., Díaz de Astarloa, B., Estrada, R., Fenández Meijide, D., Finkelstein, M., Maljar, M. e Odriozola, J. (2025). *Digitalización e IA: Avances y desafíos sectoriales en América Latina y el Caribe* [em processo de publicação].
- Alves, G., Brassiolo, P., Buccari, F., Camacho, C., Cifuentes, R., Estrada, R. e Fajardo, G. (2025). *RED 2025. Soluciones cercanas: El papel de los gobiernos locales y regionales en América Latina y el Caribe*. CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2430>
- ASEP (dezembro de 2024). *Estadística del mercado eléctrico panameño*. Autoridade Nacional dos Serviços Públicos. https://asep.gob.pa/wp-content/uploads/electricidad/estadisticas_mensuales/2024/DICIEMBRE_2024.pdf
- Azavea, ReCAP, TRL e Banco Mundial (2019). *Rural Access Index Measurement Tool* [banco de dados]. Acessado em 1 de agosto de 2025. <https://rai.azavea.com/>
- Banco Mundial (2025a). GNI per capita in US\$ (Atlas methodology). *Indicadores del Desarrollo Mundial* [banco de dados]. World Bank Analytical Classifications. Acessado em 10 de julho de 2025. <https://ddh-openapi.worldbank.org/resources/DR0095334/download>
- Banco Mundial (2025b). PIB per capita, PPC (\$ a preços internacionais constantes de 2017). *Indicadores del Desarrollo Mundial* [banco de dados]. Acessado em 20 de janeiro de 2025. <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.KD>

Banco Mundial, DTU, Vortex e ESMAP (2025a). *Global Wind Atlas v. 4.0*. Aplicativo gratuito baseado na web, desenvolvido, de propriedade e operado pela Technical University da Dinamarca (DTU). A versão 4.0 do Global Wind Atlas é lançada em parceria com o Grupo Banco Mundial, utilizando dados fornecidos pela Vortex, com financiamento do Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia (ESMAP). Acessado em 14 de novembro de 2025. <https://globalwindatlas.info>

Banco Mundial, Solargis e ESMAP (2025b). *Global Solar Atlas v. 2.0*. Aplicativo baseado na web, desenvolvido e operado pela empresa Solargis S.R.O., em nome do Grupo Banco Mundial, utilizando dados da Solargis e com financiamento do Programa de Gestão do Setor de Energia (ESMAP). Acessado em 14 de novembro de 2025. <https://globalsolaratlas.info/map?c=12.726084,-23.027344,2>

Barnes, J. e de la Mata, D. (2025). *Dinámicas demográficas en el continuo rural-urbano de América Latina y el Caribe*. Documento de trabalho. CAF [em processo de publicação].

Buccari, F., Martinez Villa, L. e Rosá, T. (2025). *Mapping accessibility gaps across Latin America and the Caribbean*. Documento de trabalho. CAF [em processo de publicação].

Byerlee, D. R., De Janvry, A. F., Sadoulet, E., Townsend, R. e Klytchnikova, I. (2008). *World development report 2008: Agriculture for development*. Washington, D. C.: Banco Mundial. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/587251468175472382>

CAF (2025). *Base de Datos de Gobiernos Locales y Regionales en América Latina y el Caribe* [banco de dados]. Acessado em 7 de julho de 2025. <https://atlasgobiernoslocales.caf.com/es/acerca-de>

CEDLAS (2025). *Indicadores socioeconómicos desagregados para zonas rurales y urbanas de América Latina y el Caribe*. Cálculos baseados em microdados de pesquisas domiciliares harmonizadas dos projetos SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial), LABLAC (CEDLAS e Banco Mundial) e GenLAC (CEDLAS).

Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU (2024). Estimativas e projeções populacionais: Revisão 2024. *Estimaciones y proyecciones: Archivos Excel* [base de dados]. Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia-Divisão de População da CEPAL e Divisão de População das Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Acessado em 6 de setembro de 2025. <https://www.cepal.org/es/pagina/estimaciones-proyecciones-archivos-excel>

Celade-Divisão de População da CEPAL (s. d.). *Base de Datos de Migración Interna en América Latina y el Caribe* (MIALC) [banco de dados]. Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia-Divisão de População da CEPAL. Acessado em 30 de junho de 2025. <https://celade.cepal.org/bdcelade/mialc/>

CEPAL (2023). *Extracción e industrialización del litio: Oportunidades y desafíos para América Latina y el Caribe*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48964-extraccion-industrializacion-litio-oportunidades-desafios-america-latina-caribe>

CEPAL (2025). *Base de datos de programas de protección social no contributiva na América Latina e no Caribe* [on-line]. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Acessado em 5 de setembro de 2025. <https://dds.cepal.org/bpsnc/inicio>

CEPAL, FAO e IICA (2024). *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: Una mirada hacia América Latina y el Caribe 2023-2024*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/69183-perspectivas-la-agricultura-desarrollo-rural-americas-mirada-america-latina>

Comissão Europeia, FAO, ONU-Habitat, OCDE e Banco Mundial (2024). *Aplicación del grado de urbanización: Manual metodológico para definir ciudades, localidades y zonas rurales para comparaciones internacionales*. https://www.oecd.org/es/publications/aplicacion-del-grado-de-urbanizacion_f252a896-es.html

De Janvry, A., Emerick, K., González-Navarro, M. e Sadoulet, E. (2015). Delinking land rights from land use: Certification and migration in Mexico. *American Economic Review*, 105(10), 3125-3149.

DEIS (2025). *GES* [banco de dados]. Departamento de Estadísticas e Informações de Saúde. Acessado em 9 de outubro de 2025. <https://deis.minsal.cl/>

FAO (2021). *Evaluación de los recursos forestales mundiales 2020: Informe principal*. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. <https://doi.org/10.4060/ca9825es>

FAO (2024a) (com amplo processamento realizado pela Our World in Data). Area of planted forest–UN FAO [dataset]. *Land, inputs and sustainability: Land use* [dados originais]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 30 de junho de 2025. <https://ourworldindata.org/grapher/forest-area-primary-planted?overlay=sources>

FAO (2024b). *El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2024: La transformación azul en acción*. Roma. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. <https://doi.org/10.4060/cd0683es>

FAO (2025a). Dados estruturais de censos agrícolas. *FAOSTAT* [banco de dados]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 7 de janeiro de 2025. <https://www.fao.org/faostat/es/#data/WCAD>

FAO (2025b). Indicadores de emprego: Agricultura e sistemas agroalimentares. *FAOSTAT* [banco de dados]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 5 de novembro de 2024. <https://www.fao.org/faostat/es/#data/OEA>

FAO (2025c). Indicadores macro. *FAOSTAT* [banco de dados]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 20 de janeiro de 2025. <https://www.fao.org/faostat/es/#data/MK>

FAO (2025d). Reserva de capital. *FAOSTAT* [banco de dados]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 24 de setembro de 2025. <https://www.fao.org/faostat/es/#data/CS>

FAO (2025e). Uso da terra. *FAOSTAT* [banco de dados]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 15 de janeiro de 2025. <https://www.fao.org/faostat/es/#data/RL>

FAO (2025f) (com processamento realizado pela Our World in Data). Renewable freshwater resources per capita. *AQUASTAT* [banco de dados da FAO, via Banco Mundial]. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Acessado em 27 de outubro de 2025. <https://ourworldindata.org/grapher/renewable-water-resources-per-capita>

Frisancho, V. e Valdivia, M. (2024). *Savings groups in rural settings: Impacts on household well-being, female empowerment, and access to formal credit*. https://veronicafrisancho.net/wp-content/uploads/2024/11/vsla_peru.pdf

Gandolfi, M. e Ramírez, P. (2025). *Programas públicos de turismo rural y comunitario en América Latina y el Caribe. Evolución, impactos y recomendaciones para la implementación*. CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2523>

- JMP (2025). *Joint Monitoring Programme. Household Data* [série de dados]. Programa Conjunto OMS/Unicef de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene. <https://washdata.org/data/household#!/>
- Klinger, B., Khwaja, A. e LaMonte, J. (2013). *Improving credit risk analysis with psychometrics in Peru*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0009139>
- Kruse, H., Mensah, E., Sen, K. e de Vries, G. J. (2022). A manufacturing renaissance? Industrialization trends in the developing world. *IMF Economic*. <http://doi.org/10.1057/s41308-022-00183-7>
- Lagakos, D. (2020). Urban-rural gaps in the developing world: Does internal migration offer opportunities? *Journal of Economic Perspectives*, 34(3), 174-192. <https://doi.org/10.1257/jep.34.3.174>
- Lagos, G., Peters, D. e Castro, L. (2022). *Desafíos y oportunidades que el cambio climático y la protección del medio ambiente y de la biodiversidad implican para el desarrollo sostenible de América Latina. Los casos del cobre y del litio*. Documento de trabalho do CAF [manuscrito inédito].
- López, A., Obaya, M., Pascuini, P. e Ramos, A. (2019). *Litio en la Argentina: Oportunidades y desafíos para el desarrollo de la cadena de valor*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0001553>
- Maloney, W., Meléndez, M. e Morales, R. (2025). Organized crime and violence in Latin America and the Caribbean. Em W. Maloney, M. Meléndez e R. Morales, *Latin America and the Caribbean Economic Review*. Washington, D. C.: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/3b53fe47-e238-40e9-97dc-7be3d3624053/content>
- Marchionni, M., Pedrazzi, J. P. e Pinto, M. F. (2025). *Women, motherhood, and structural transformation. insights from rural Latin America*. Documento de trabalho 2025/07. CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2524>
- Martinez Villa, L. e Rosá, T. (2025). *Rural migration in Latin America and the Caribbean: Patterns, drivers, and implications*. CAF [em processo de publicação].
- Mengede, K. (2025). *AI levels the field: Kenyan farmers get smarter access to credit*. Digital Global. <https://www.bmz-digital.global/en/news/ai-levels-the-field-kenyan-farmers-get-smarter-access-to-credit/>
- Ocampo, J. A. (2017). Commodity-led development in Latin America. En Alternative pathways to sustainable development: Lessons from Latin America. En G. Carbonnier, H. Campodónico y S. Tezanos Vázquez (eds.), *Alternative pathways to sustainable development: Lessons from Latin America*, (pp. 51-76). Brill. https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/37966/9789004351677_webready_content_text.pdf?sequence=1#page=74
- OOKLA (s.d.). *Speedtest by Ookla Global Fixed and Mobile Network Performance Map Tiles* [banco de dados]. Acessado em 1 de julho de 2025. <https://github.com/teamookla/ookla-open-data>
- Ritchie, H. e Rosado, P. (2024). *Metals and minerals*. Our World in Data. <https://ourworldindata.org/metals-minerals>
- Rodríguez Vignoli, J. (2017). Efectos de la migración interna sobre el sistema de asentamientos humanos de América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, 2017(123), 7-34. <https://doi.org/10.18356/3cfb9b84-es>
- Schiavina, M., Melchiorri, M. e Freire, S. (2023). *GHS-DUC R2023A - GHS Degree of Urbanisation Classification, application of the Degree of Urbanisation methodology (stage II) to GADM 4.1 layer, multitemporal (1975-2030)* [banco de dados]. Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação (JRC). <https://10.2905/DC0EB21D-472C-4F5A-8846-823C50836305>

UNCTAD (2025a). Merchandise: Intra-trade and extra-trade of country groups by product, annual (analytical). *UNCTAD Data Hub* [banco de dados]. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Acessado em 25 de março de 2025. <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.IntraTrade>

UNCTAD (2025b). Merchandise trade matrix, annual (analytical). *UNCTAD Data Hub* [banco de dados]. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Acessado em 9 de novembro de 2025. <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.TradeMatrix>

UNDESA (2019). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População. Acessado em 22 de junho de 2025. <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210043144>

URSEA (2025). *Informe de calidad de servicio de distribución de energía eléctrica*. Unidade Reguladora dos serviços de Energia e Água. Uruguai. <https://www.gub.uy/unidad-reguladora-servicios-energia-agua/comunicacion/publicaciones/informe-calidad-servicio-distribucion-energia-electrica/informe-calidad>

USDA (2025). TFP indices and components for countries, regions, countries grouped by income level, and the world, 1961–2022. *International Agricultural Productivity* [banco de dados]. United States Department for Agriculture [Departamento de Agricultura dos Estados Unidos]. Acessado em 2 de maio de 2025. <https://www.ers.usda.gov/data-products/international-agricultural-productivity>

USGS (2024). *Mineral commodity summaries*. U.S. Geological Survey [Serviço Geológico dos Estados Unidos]. <https://doi.org/10.3133/mcs2024>

Valencia, A., Navas, R. e Valdivia Llerena, D. (2025). *América Latina y el Caribe, a la vanguardia del progreso energético y tecnológico*. Blog Negócios Sustentáveis. BID Invest. <https://www.idbinvest.org/es/blog/energia/america-latina-y-el-caribe-la-vanguardia-del-progreso-energetico-y-tecnologico>

Relatório de Economia e Desenvolvimento

Raízes do futuro: o novo mundo rural da América Latina e do Caribe

A elaboração do Relatório de Economia e Desenvolvimento (RED) é de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Socioeconômicas da Gerência de Conhecimento do CAF -banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe-. A edição e a coordenação geral desta edição ficaram a cargo de Dolores de la Mata e Juan Odriozola, com o apoio de Belén Cañuelo. Ana Gerez realizou a revisão editorial e a correção de estilo.

A redação do relatório foi de responsabilidade dos seguintes pesquisadores:

Capítulo 1 Dolores de la Mata e Juan Odriozola

Capítulo 2 Lian Allub

Capítulo 3 Lian Allub e Manuel Toledo

Capítulo 4 Juan Odriozola

Capítulo 5 Guillermo Cabral e Juan Odriozola

Capítulo 6 Dolores de la Mata e Tatiana Rosá

Capítulo 7 Dolores de la Mata e Mariana Marchionni

Capítulo 8 Florencia Buccari e Tatiana Rosá

Na América Latina e no Caribe, as áreas rurais estão passando por um processo de profunda transformação. Além de sua tradicional ligação com a produção primária, elas concentram hoje um potencial estratégico para o desenvolvimento econômico, o fornecimento de bens essenciais, a sustentabilidade ambiental e a conservação cultural, em um contexto marcado pela transição energética, pelas mudanças climáticas e pela reconfiguração das cadeias globais de valor. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios persistentes relacionados à renda familiar, ao acesso a serviços, à infraestrutura e à capacidade produtiva, o que limita sua contribuição para o crescimento e para a redução da desigualdade na região.

Este novo Relatório de Economia e Desenvolvimento examina o papel do mundo rural como motor do desenvolvimento regional a partir de uma visão abrangente que integra população, mercados de trabalho, sistemas de produção, serviços e infraestrutura. Nesse contexto, o relatório caracteriza a estrutura produtiva e de trabalho dos territórios rurais, bem como as condições de vida de suas famílias. Além disso, identifica as disparidades persistentes no acesso a serviços e infraestrutura que condicionam seu desenvolvimento. Com base nisso, analisa as oportunidades para aumentar a produtividade e promover a diversificação em setores-chave como agropecuária e agroindústria, mineração e energia, turismo, setor florestal, pesca e aquicultura, bem como os desafios associados à transição energética e à crescente demanda global por bens primários sustentáveis.

O relatório identifica os principais gargalos enfrentados pelos territórios rurais para desenvolver seu potencial, entre os quais se destacam lacunas de produtividade, trabalho informal, limitações na conectividade física e digital, acesso desigual a serviços essenciais e financeiros e desafios relacionados à sustentabilidade ambiental e às mudanças climáticas. A partir desse diagnóstico, propõe um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento das capacidades produtivas e humanas, a melhoria da integração territorial e a promoção de um desenvolvimento rural mais inclusivo, dinâmico e sustentável, capaz de ampliar as oportunidades e o bem-estar das pessoas e comunidades da região. Nesse sentido, o relatório destaca que o desenvolvimento rural representa uma oportunidade estratégica que exige políticas públicas integradas para aproveitar as transformações em curso e superar as disparidades históricas.